

10/10/2019

Grande Imprensa

O GLOBO - RJ

[As manifs vêm aí](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Veto a psicólogo em escola](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Congresso aprova LDO de 2020 e estima salário mínimo de R\\$ 1.040](#)

[MPF pede à Justiça que MEC refaça consulta pública sobre o Future-se](#)

[Bolsonaro veta lei que previa atendimento de psicólogo na rede escolar](#)

[SP terá nova votação para Conselho Tutelar em apenas um bairro](#)

TAMO JUNTO

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Preferência pela educação](#)

O GLOBO - RJ

[Governo terá mais de R\\$ 3 bi para pagar emendas](#)

[Presidente continua a fabricar crises](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

[LDO proíbe cortar verbas da Educação](#)

[Como reinventar o ensino na era digital](#)

Imprensa Estadual

A TARDE - BA

[Escolas públicas perdem serviço de psicologia e assistência social](#)

DIÁRIO DE CUIABÁ - MT

[Mais de 123 mil alunos participarão do Saeb 2019 em MT](#)

J. DO COMMERCIO - PE

[Reitores articulam deixar Sisu](#)

Agências de notícias e sites

METRÓPOLES

[Capes seleciona bolsistas para doutorado em Yale](#)

G1

[Barricadas causam bloqueios nas entradas da UFSC em Florianópolis](#)

[Presidente do Conselho da UFFS publica decisão de não aprovação de destituição do reitor](#)

METRÓPOLES

[Dados registram aumento na procura por ensino bilíngue no Brasil](#)

PORTAL EXAME

[Nos cursos à distância, Kroton vê concorrência avançar por todos os lados](#)

PORTAL ISTOÉ

[Em cerimônia, parlamentares defendem educação como pauta prioritária](#)

TERRA

[MPF ingressa com ação judicial para MEC refazer consulta pública sobre Future-se](#)

Agências de notícias e sites

BEM PARANÁ

[Capes oferta bolsas de doutorado-sanduiche no Canadá de R\\$ 229,9 mil por ano](#)

BRASIL DE FATO

[UFMG foi a segunda universidade federal mais afetada pelos bloqueios](#)

CLICKPB

[Duas faculdades são condenadas a indenizar aluna que fez curso não reconhecido pelo MEC](#)

FOLHA DE PERNAMBUCO - PE

[Capes seleciona bolsistas para doutorado nos EUA](#)

IMIRANTE

[CAPES seleciona bolsistas para doutorado na Universidade Yale, nos EUA](#)

JORNAL DIA A DIA

[Workshop de Métodos Probabilísticos e Estatísticos recebe trabalhos](#)

MAIS PB

[Instituições são condenadas a pagar indenização](#)

METRÓPOLES

[CNPq diz que gastos com aluguéis não atrapalham bolsas de estudo](#)

PARA+

[Estão abertas vagas para bolsas de doutorado nos EUA, na Universidade Yale pela](#)

[CAPES](#)

PBAGORA

[Abertas vagas para bolsas de doutorado nos EUA, na Universidade Yale pela CAPES](#)

PNB ONLINE

[Plantas do Pantanal reduzem dano ambiental causado por garimpo, aponta pesquisa](#)

SEGS - PORTAL NACIONAL

[Estão abertas vagas para bolsas de doutorado nos EUA, na Universidade Yale pela](#)

[CAPES](#)

T1 NOTÍCIAS

[Capes seleciona bolsistas para doutorado na Universidade Yale, nos EUA](#)

G1

[MPF entra na Justiça para que MEC refaça a consulta pública sobre o Future-se](#)

R7

[Einstein abre inscrição para pós-graduação em Ciências da Saúde](#)

Imprensa Estadual

AGÊNCIA GLOBO

[CNPq vai voltar para imóvel próprio que está abandonado, diz Marcos Pontes a jornal](#)

A CRÍTICA - AM

[Universidades do Norte receberã oR\\$ 12 8 milhões](#)

DIÁRIO CATARINENSE - SC

[Modelo da prova pode explicar resultados](#)

MEIO NORTE - PI

[Comitê gestor avalia resultados](#)

[Piauí tem R\\$ 2,9 bi estimados do Fundeb](#)

O TEMPO - MG

[MEC lança programa idêntico ao Pronatec](#)

Agências de notícias e sites

A CIDADE ON

[CAPES seleciona bolsas para doutorado na Universidade Yale, nos EUA](#)

CORREIO WEB

[Marcos Pontes : Prefiro trabalhar a ficar cacarejando](#)

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE

[Marcos Pontes : Prefiro trabalhar a ficar cacarejando](#)

INFONET

[Capes seleciona bolsistas para doutorado nos EUA](#)

JORNAL UNIÃO

[Capes oferta bolsas de doutorado em uma das melhores universidades do mundo](#)

R7

[Capes firma parceria com a Universidade de Yale](#)

AGÊNCIA ESTADO

[Bolsonaro veta exigência de serviço de psicologia em escolas públicas](#)

AGÊNCIA FOLHA

[MPF pede à Justiça que MEC refaça consulta pública sobre o Future-se](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Bolsonaro veta projeto que determinava serviço de psicologia na rede de educação](#)

CONGRESSO EM FOCO

[Bolsonaro veta exigência de serviço social e atendimento psicológico na educação básica](#)

PORTAL EXAME

[Bolsonaro veta PL que exigia psicologia e assistência social em escolas](#)

PORTAL VEJA

[Bolsonaro veta projeto que exige psicólogos em escolas públicas](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Bolsonaro veta PL que exigia psicologia e assistência social em escolas públicas](#)

O GLOBO - RJ - OPINIÃO

As manifs vêm aí

Normalmente eles têm razão. Não apenas porque reúnem coragem e saem de casa para dizer o que pensam, o que já é bastante, mas porque quase sempre estão refletindo um sentimento que assalta o coração da maioria. Os manifestantes que ocupam as ruas e que gritam e se batem em favor de temas que dizem respeito à vida dos cidadãos são muitas vezes ingênuos, e em outras cumprem apenas um ritual juvenil. Mas estão ali, enfrentando o Estado e a sua polícia, porque acreditam que, se vencerem, todos ganharão. Não falo dos manifestantes de corporações, que apenas sopram a brasa debaixo da sua sardinha. Me refiro aos que gritam pela floresta, pelos direitos civis, em favor das mulheres, dos gays, dos negros, da liberdade de expressão, da democracia.

Não, não me refiro aos manifestantes que fazem atos de política partidária, que se esgoelam porque perderam o poder numa eleição ou porque não se conformam com o programa de governo de quem a venceu. Estou tratando dos que bloqueiam as ruas em protesto pelo aumento de 14 centavos na passagem dos ônibus, como se viu em 2013, mas não dos que pegam carona nas mobilizações para apresentar reclames próprios, corporativos, partidários ou sindicais. São homens e mulheres que defendem minorias e causas ignoradas pelo Estado e esquecidas pela sociedade. São jovens, alguns de idade, todos de espírito. Estou falando de pessoas de muito valor.

Sorte do país cujo povo sabe se defender das gigantescas estruturas estatais, indo para a rua, gritando, exigindo respeito. Na França, essas manifestações de indignação e confrontação são tão comuns que ganharam até um apelido carinhoso. São as manifs. Em Paris, elas partem sempre da Place de la République em direção à Bastilha. Antes das enormes demonstrações dos coletes amarelos, as manifs tinham objetivos mais claros e muitas vezes cirúrgicos. No Brasil, depois da supermanifestação "contra isso tudo que está aí*" de 2013, houve diversas outras, mas as maiores e mais barulhentas foram quase todas de natureza partidária ou corporativa.

As partidárias são bem conhecidas, sobretudo aquelas em favor do impeachment da Dilma e as do Fora Temer. As corporativas vão desde o bloqueio de ruas por taxistas

contra motoristas de Uber, que eram triviais há três anos, até a megaparalisação de caminhoneiros que gerou a maior crise de abastecimento da história do país no ano passado. Essas, embora importantes e algumas vezes gigantescas, têm muito menos valor do que as que se espalharam pelos estados em favor da Amazônia, da manutenção das bolsas de estudo da **Capes**, de salários iguais entre homens e mulheres, a favor da comunidade LGBTQI+, dos negros dos oprimidos, dos excluídos.

As pequenas demonstrações de dor e indignação que aconteceram no Rio em protesto pela morte da menina Agatha, vítima de uma monstruosa imprudência policial, têm mais sentido e calam muito mais profundamente no coração do carioca do que todas as demais. Segurança, saúde, educação, meio ambiente, democracia, os temas são muitos e estão na pauta do dia. São eles que merecem cada vez mais atenção, debate e protesto. E a temporada de manifestações e protestos parece estar começando. O governo, com uma política dura, meio burra e absolutamente inflexível, já começa a ouvir o rufar dos tambores.

Que ninguém se espante se o próximo ano for repleto de manifestações dessa natureza. Claro que haverá aproveitamento político partidário em ano eleitoral. Sempre foi assim e seguirá sendo. Os caroneiros vão estar presentes nas filas às portas dos hospitais, em frente a escolas públicas caindo aos pedaços, no velório das muitas outras vítimas da política de segurança que morrerão em 2020. Mas os genuínos, os que estarão lá para expressar inconformismo e determinação, esses têm o poder de manter o país sólido e impermeável a autoritarismos.

Esses têm a força. Serão eles que gritarão por democracia e liberdade, contra a censura, sempre. A onda autoritária que varreu o país nas eleições de 2018 deverá ser confrontada no ano que vem. Prepare-se, Brasil, as manifs vêm aí.

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL

Veto a psicólogo em escola

O presidente Jair Bolsonaro vetou integralmente o Projeto de Lei Complementar (PLC) 60/07 — PL 3.688/00 na Câmara dos Deputados +, que exigia serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica do país. Na justificativa, destacou que a proposta “cria despesas obrigatórias ao Poder Executivo, sem que se tenha indicado a respectiva fonte de custeio”.

Ainda na fundamentação ao veto, considera que o projeto é ausente de “demonstrativos dos respectivos impactos orçamentários e financeiro”. A decisão do presidente foi corroborada pelos ministérios da Saúde e da Educação.

Bolsonaro sustentou o veto ao dizer que a proposta do parlamento viola uma série de normas, como o artigo 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que diz que “a proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro”.

Além disso, o presidente argumentou que não foram respeitados os artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal e o artigo 114 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019. O último diz que “as proposições legislativas e as suas emendas, que, direta ou indiretamente, importem ou autorizem diminuição de receita ou aumento de despesa da

União, deverão estar acompanhadas de estimativas desses efeitos no exercício em que entrarem em vigor e nos dois exercícios subsequentes”.

Para restabelecer o projeto, o veto presidencial tem de ser analisado em até 30 dias por deputados e senadores, em sessão conjunta, e deve receber os votos da maioria da Câmara (257 deputados) e do Senado (41 senadores). Derrubado, caberá ao próprio Bolsonaro a promulgação.

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO

Congresso aprova LDO de 2020 e estima salário mínimo de R\$ 1.040

Lei de Diretrizes Orçamentárias não prevê reajuste real

Brasília

O Congresso Nacional aprovou nesta quarta-feira (9) o projeto de LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) para 2020 com salário mínimo reajustado somente pela inflação e despesas com custeio e investimentos no patamar mínimo histórico.

A LDO define as prioridades para a LOA (Lei Orçamentária da União), o Orçamento da União. Depois de aprovado, o projeto volta ao Executivo para a sanção do presidente Jair Bolsonaro (PSL). O texto final foi aprovado por votação simbólica.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/10/congresso-aprova-reajuste-do-minimo-somente-pela-inflacao-em-2020.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

MPF pede à Justiça que MEC refaça consulta pública sobre o Future-se

Programa do governo Bolsonaro prevê financiamento privado nas universidades federais

Brasília

A procuradoria federal ingressou na terça-feira (8) com uma ação civil pública na Justiça para que o MEC (Ministério da Educação) realize nova consulta pública sobre o Future-se, programa da gestão Jair Bolsonaro (PSL) que prevê iniciativas de fomento ao financiamento privado nas universidades federais e atuação de organizações sociais.

Em julho, o MEC abriu uma consulta online para receber sugestões sobre a proposta que será encaminhada para o Congresso Nacional. O MPF (Ministério Público Federal) concluiu que o procedimento não cumpriu os requisitos legais mínimos e que, por isso, uma nova consulta deve ser realizada antes que o governo encaminhe o projeto.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/10/mpf-pede-a-justica-que-mec-refaca-consulta-publica-sobre-o-future-se.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Bolsonaro veta lei que previa atendimento de psicólogo na rede escolar

Lei cria despesa sem indicar origem de recursos, segundo veto presidencial

Brasília

O presidente Jair Bolsonaro (PSL) vetou integralmente uma lei aprovada no Congresso que garantia atendimento por profissionais de psicologia e de serviço social a estudantes de escolas públicas de educação básica.

O presidente argumenta no veto que a lei é inconstitucional e contraria o interesse público. Isso porque, segundo ele, a lei criaria despesas obrigatórias ao Poder Executivo, sem que se tenha indicado a respectiva fonte de custeio.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/10/bolsonaro-veta-lei-que-previa-atendimento-de-psicologo-na-rede-escolar.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

SP terá nova votação para Conselho Tutelar em apenas um bairro

Pirituba terá eleição refeita após problema com o número de candidatos

São Paulo

Três dias após os problemas registrados em três regiões de São Paulo durante a votação para os Conselhos Tutelares, a Comissão Eleitoral se reuniu na tarde desta quarta-feira (9) e decidiu por nova votação completa em apenas uma delas.

Os problemas foram identificados em Pinheiros, Pirituba e Lajeado. As votações nesses locais tiveram seus resultados impugnados pelo Ministério Público. Em Pinheiros, os mesários não apareceram em uma das escolas, e a eleição foi invalidada. Em Pirituba e Lajeado, o número de candidatos nas urnas eletrônicas estava diferente do informado ao poder público.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/10/sp-tera-nova-votacao-para-conselho-tutelar-em-apenas-um-bairro.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - MÔNICA BERGAMO

TAMO JUNTO

O secretário Fabio Wajngarten, da Comunicação Social, também saiu em defesa de Bolsonaro. Os dois, e mais o ministro da Educação, Abraham Weintraub, são considerados exemplos raros dos que defendem o chefe.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2019/10/governo-conta-nos-dedos-ministros-que-como-moro-defendem-bolsonaro.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPAÇO ABERTO

Preferência pela educação

SENADOR (PSDB-SP)

O ataque de 14 de setembro ao maior complexo de exploração petrolífera do mundo, na Arábia Saudita, trouxe prejuízos transitórios e uma lição duradoura: o mundo está encharcado de petróleo.

Num primeiro momento, especulou-se que o inusitado ataque imporia prêmio de risco geopolítico permanente aos preços do óleo. Quase um mês depois, porém, o pico de alta

nas cotações se desvaneceu numa pronunciada queda dos preços dessa matéria-prima. Na véspera do evento, a cotação do Brent foi de US\$ 60,22 o barril; no dia útil seguinte, fechou a US\$ 69,02, uma alta de 15%. Entretanto, três semanas depois, em 2 de outubro, a cotação caiu a US\$ 57,69 – 5% menor que à véspera do ataque.

A lição: o petróleo é uma riqueza cujos dias – ou décadas – estão contados. Enquanto a produção é impulsionada por novas tecnologias, como o fraturamento hidráulico e a exploração em águas ultraprofundas, a demanda não tem acompanhado o crescimento da economia mundial. O gasto energético tem sido mais eficiente e o petróleo vem sendo substituído por outras fontes de energia. De 2008 a 2018, o PIB mundial cresceu 28,3% e a demanda por óleo, apenas 16,1%.

Quanto mais demorarmos, menos bônus extrairemos da riqueza-petróleo. Quando o assunto é o pré-sal, tempo é dinheiro, literalmente.

O Brasil desperdiçou oportunidades trazidas pelos preços maiores do petróleo quando iniciou uma improdutiva e demorada mudança do marco legal do pré-sal. Ficamos cinco anos parados, sem novos leilões de petróleo. E o novo regime aprovado, o de partilha, representou só a volta mal disfarçada do monopólio da Petrobrás. A estatal passou a ser operadora compulsória de, no mínimo, 30% dos campos. E com a obrigação de arcar nessa proporção com os custos de exploração, encargo muito além da capacidade da empresa, então à beira da insolvência por causa de anos de má gestão. O primeiro leilão só foi realizado em 2013, para o campo de Libra.

Em 2016, lei de minha autoria modificou o regime de partilha, transformando a obrigatoriedade de participação da Petrobrás em direito de preferência. O ideal seria ter revogado essa obrigatoriedade, mas o direito de preferência foi o consenso político possível à época.

A mudança permitiu destravar os leilões do pré-sal. Em 2017 e 2018 foram feitas quatro rodadas de licitações, que arrecadaram R\$ 16,1 bilhões em bônus de assinatura e garantiram R\$ 2,5 bilhões em investimentos na fase de exploração.

A competição entre as petroleiras resultou em ofertas de excedente em óleo para a União que chegaram a 80%. O excedente em óleo é o lucro da produção. A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis estimou que os campos leiloados nas quatro rodadas do pré-sal renderão R\$ 1,2 trilhão para União, Estados e municípios ao longo de 30 anos, ou R\$ 40 bilhões por ano. Nada mau para um projeto de lei tachado de “entreguista” pelos suspeitos de sempre.

Entretanto, é possível avançarmos ainda mais para aumentar a participação do Estado na renda petrolífera. Em que pese o sucesso dos leilões do pré-sal, ficou claro que o direito de preferência dado à Petrobrás causa distorções que podem frear ou mesmo reduzir o ganho estatal proporcionado pela exploração.

O direito de preferência permite à Petrobrás, caso tenha seu lance superado no leilão, aderir ao consórcio vencedor, tornando-se a operadora do campo, com participação mínima de 30%. Isso pode parecer razoável, em se tratando de empresa estatal. Porém é preciso levar em conta que a Petrobrás participa dos leilões com uma lógica exclusivamente empresarial, isto é, objetivando a maximização de seu lucro. E não se

deve esquecer que, apesar do controle ser estatal, a propriedade da empresa, hoje, é majoritariamente detida por acionistas privados.

Vejam do que se trata: na 4.^a Rodada de Partilha de Produção, na condição de operadora de um consórcio, a Petrobrás ofertou 18% de excedente em óleo para a União pelo bloco de Três Marias, proposta derrotada por outro consórcio, que ofereceu 49,95%. Como era previsível, a empresa exerceu seu direito de preferência e aderiu ao consórcio vencedor.

Se aderiu, é porque considerou vantajoso, mesmo repassando 49,95% de excedente em óleo para a União – o que não a inibiu de apresentar inicialmente uma proposta tão baixa quanto 18%. Ficou óbvio: o direito de preferência induz a Petrobrás a oferecer lances mais baixos dos que daria na ausência desse direito. A empresa não corre o risco de perder campos que lhe interessem.

Por isso estou propondo agora um passo à frente: um projeto de lei que prevê o fim do direito de preferência da Petrobrás. Os interesses da empresa nem sempre coincidem com os interesses da União. Para um mesmo nível de eficiência, qualquer aumento do lucro da Petrobrás reduz a parcela de óleo ofertada à Federação.

O excedente em óleo da União é receita pública destinada ao Fundo Social e, dessa, 50% vão para a educação pública. Quanto menores os lances da Petrobrás, menos recursos serão destinados à educação.

Não somos adversários da empresa. Ao contrário, desde sempre defendemos a ideia de que ela seja bem gerida e apresente bons resultados. Apenas discordamos de que parte de seu lucro possa advir não de maior eficiência, mas do direito de preferência, um privilégio legal.

A Petrobrás é forte, competente e lucrativa o suficiente para contemplar o interesse dos seus acionistas, majoritariamente privados. Não precisa de privilégios especiais. Num Brasil moderno e socialmente justo, privilégios só para a educação.

Neste momento de grave crise fiscal, em que os recursos para a educação chegam a ser contingenciados – a ponto de comprometerem o futuro do Brasil –, temos de tomar posição de forma inequívoca: toda a preferência deve ser da educação.

A Petrobrás é forte, competente e lucrativa, não precisa de privilégios

topo ↕

O GLOBO - RJ - O PAÍS

Governo terá mais de R\$ 3 bi para pagar emendas

Congresso aprova liberação de crédito para seis ministérios, verba que será usada pelo Planalto para honrar compromissos com deputados que aprovaram a Previdência. Nova oferta de recursos deve contemplar projetos indicados por senadores

BRASÍLIA

O Congresso Nacional aprovou ontem um projeto de lei que libera crédito suplementar de R\$ 3 bilhões no orçamento em favor de seis ministérios. O governo vai usar a verba para honrar acordos ainda não cumpridos com deputados. Como contrapartida, o Planalto concordou em enviar em breve um projeto para pagar também emendas

orçamentárias de senadores.

Desde o início das negociações com o Congresso para a aprovação da reforma da Previdência, o governo definiu que, em troca de votos, liberaria verbas para pagar emendas parlamentares. Na Câmara, o governo prometeu até R\$ 40 milhões em investimentos em projetos indicados por cada deputado que votasse a favor da reforma da Previdência, mas ainda não pagou a totalidade dos valores.

Segundo o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra (MDB-PE), o acordo para destravar a votação envolveu a liberação de um crédito adicional de R\$ 200 milhões para o Ministério da Educação. Líderes da Câmara se comprometeram a votar até novembro uma proposta de redução do foro privilegiado, já aprovada no Senado, e que era uma exigência de um grupo de senadores que se posicionava contra a liberação do crédito orçamentário.

O governo optou por priorizar, entre as emendas parlamentares, as relacionadas a ministérios como Educação, Saúde e Agricultura. No caso do crédito aprovado ontem, haverá verba destinada também a Defesa, Desenvolvimento Regional e Cidadania. No âmbito da pasta da Agricultura, há investimentos na manutenção de rodovias para o escoamento da produção agropecuária. Na área da Educação, libera recursos para aquisição de transporte escolar. Na Saúde, incrementa a verba destinada ao saneamento e a hospitais.

A votação de ontem foi presidida pelo vice-presidente do Congresso Nacional, deputado Marcos Pereira (Republicanos-SP), já que o presidente, o senador Davi Alcolumbre (DEMAP), não estava presente.

Os deputados já haviam aprovado o crédito na noite de terça-feira, mas senadores ainda resistiam, já que não haviam sido contemplados nas negociações com o governo. Alguns pedem que o Planalto envie um novo projeto, liberando verbas no valor de até R\$ 5 bilhões.

O senador Fernando Bezerra diz, no entanto, que o governo vai enviar apenas mais um pedido de abertura de crédito neste ano, no fim de outubro. Um grupo de senadores que exige uma contrapartida pela negociação da reforma da Previdência quer incluir nesse pacote a liberação de emendas para o Senado. Outros exigem, porém, que a abertura de crédito seja mais veloz.

“COMPRA DE VOTOS”

Na noite de terça-feira, senadores da oposição e do grupo “Muda Senado” acusaram a existência de um “toma lá, dá cá” e “compra de votos” a partir da destinação de recursos, e se recusaram a votar o crédito para deputados. Esse grupo foi convencido a votar o crédito com o argumento da liberação de verba para investimentos em Educação (houve só dois votos contrários).

— Hoje nós conseguiríamos evitar a votação — diz Álvaro Dias (PR), líder do Podemos, um dos partidos que ameaçavam a votação. — Houve acordo com o compromisso de votar o projeto do foro privilegiado e definir R\$ 200 milhões para Educação.

topo ↕

O GLOBO - RJ - MÍRIAM LEITÃO

Presidente continua a fabricar crises

Crise com o PSL, como várias outras crises deste governo, foi fabricada pelo próprio presidente Jair Bolsonaro

Com o PSL e os militares o presidente Jair Bolsonaro organizou seu governo. Nove meses depois, ele já demitiu vários militares, alguns em situação humilhante, e atacou o PSL, pedindo que o esquecesse e afirmando que seu presidente está “queimado pra caramba”. Analistas achavam que ele, após a posse, trabalharia para consolidar sua base política atraindo mais quadros para o PSL e que, na eleição municipal do ano que vem, ele tentaria dar ao partido capilaridade para sustentar seu projeto de reeleição.

Na avaliação do cientista político Jairo Nicolau, o presidente Jair Bolsonaro está fazendo um movimento irracional da perspectiva das suas ambições políticas. Saindo do PSL ele abre mão da bancada, do fundo eleitoral e de horário de televisão nas eleições municipais, momento que seria estratégico para o partido:

— Seria a hora mais lógica de ele consolidar o partido de extrema-direita para apoiar seu projeto. Eles não gostam que se defina o grupo político como de extrema-direita, mas essa é a definição correta. O PSL terá um volume grande de recursos através dos fundos eleitorais, mais de R\$ 300 milhões. E para uma eleição municipal será necessário ter tempo de TV e dinheiro.

A janela para a mudança partidária se dá em duas situações. Primeiro, se uma nova legenda for fundada. Segundo, pode-se trocar de partido nos anos pares. Um partido novo, como esse, o Conservadores, não terá recursos porque o dinheiro é distribuído conforme o número de parlamentares que elegeu na última eleição. O Patriotas terá uma fração pequena dos fundos eleitoral e partidário:

—É difícil entender o que ele está querendo fazer. Só se ele estiver achando que com a mídia social e a família repetirá em 2022 o desempenho que teve em 2018. Ele não fez uma base de sustentação, agora fala em sair do partido que foi um fenômeno eleitoral por causa dele.

Bolsonaro trocou de partido várias vezes ao longo da sua vida política. Ficou 11 anos no PP, de Paulo Maluf, e de muitos condenados do Mensalão e da Lava-Jato. Agora encena que está reagindo às denúncias de corrupção no PSL. Não é convincente. Ele nunca demonstrou qualquer reação às muitas denúncias de candidaturas-laranja no partido, nunca quis demitir o ministro do Turismo e tem usado o que pode para favorecer o filho Flávio, investigado por suspeita de rachadinha. É isso que o líder do PSL, Delegado Waldir, quis dizer quando afirmou que o quintal dele (Bolsonaro) estava sujo também.

— Os bolsonaristas chegaram no PSL no começo do ano passado, povoaram o partido, viraram esse fenômeno eleitoral, mas o curioso é que o partido não atraiu ninguém depois das eleições. Achava-se que Bolsonaro trabalharia para levar mais parlamentares para a legenda e assim se fortalecer no Congresso. Isso não aconteceu. Nem os parlamentares demonstraram vontade de ir para o partido do presidente, o que é surpreendente — diz Jairo Nicolau.

Ontem, depois que o presidente do PSL, Luciano Bivar, endureceu, o próprio Bolsonaro

recuou numa entrevista ao site Antagonista. Disse que não pretende sair “de livre e espontânea vontade” e tentou minimizar a fala dele do dia anterior contra o PSL. Depois comparou a crise à briga entre marido e mulher. Mesmo que ele não saia, essa crise desgastará mais o PSL, que já vive em brigas internas.

— Ele sair do partido não tem problema algum. Itamar Franco se desfilou do PRN e governou sem partido. Mas e os parlamentares? O presidente já não tem base de sustentação. Se, além disso, ele ficar sem partido será demais, né? Ele talvez se considere uma pessoa que não precisa de organicidade. Deve achar que basta ele, seus filhos e as redes sociais —explica Nicolau.

Em relação aos militares, ele tem feito dois movimentos. Concedeu aumento de soldo, principalmente para os oficiais, embutido na reforma da Previdência. Limitou o poder que eles têm no governo, demitindo vários por pressão de lobbies ou grupos ideológicos. Foi assim com o ex-ministro Santos Cruz, com os militares no Ministério da Educação, nos Correios, com o general que comandava a Funai, e agora com o presidente do Inbra. Esses dois saíram por pressão do seu amigo Nabhan Garcia, que diz falar pelos ruralistas. Essa crise, como a maioria das que abalaram seu governo, foi criada pelo próprio presidente. Bolsonaro é um fabricante de crises.

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL

LDO proíbe cortar verbas da Educação

Orçamento da União está cada vez mais engessado

Caminhando em direção contrária à política dos “três Ds” formulada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, os deputados e senadores acabam de tornar ainda mais difícil a execução do Orçamento da União pelo governo. O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) para 2020, aprovado ontem pelo Congresso Nacional, ampliou de 63 para 88 o número de ações e programas que não podem sofrer contingenciamento em suas dotações.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://valor.globo.com/brasil/coluna/ldo-proibe-cortar-verbas-da-educacao.ghtml>

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS

Como reinventar o ensino na era digital

Especialistas falam sobre os desafios tecnológicos para profissionais, professores e companhias

A partir do ano que vem, o holograma de um professor pode estar ensinando estudantes, de diferentes países, em um sala de aula virtual, onde eles ficam posicionados em 48 telas, que juntas formam uma grande painel, como no cinema. Suas reações são captadas e analisadas em tempo real para que a efetividade do que está sendo ensinado possa ser medida e quantificada. Muita gente distraída e com sono, por exemplo, pode ser um sinal de que o professor não está conquistando a devida atenção.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://valor.globo.com/carreira/noticia/2019/10/10/como-reinventar-o-ensino-na-era-digital.ghtml>

topo ↕

A TARDE - BA - BRASIL

Escolas públicas perdem serviço de psicologia e assistência social

O presidente Jair Bolsonaro vetou integralmente projeto de lei que tornava obrigatória a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. O veto, publicado ontem no Diário Oficial da União (DOU), dá-se, segundo explica o governo, porque cria despesas ao Poder Executivo sem indicar uma fonte de receita. "A propositura legislativa, ao estabelecer a obrigatoriedade de que as redes públicas de educação básica disponham de serviços de psicologia e de serviço social, por meio de equipes multiprofissionais, cria despesas obrigatórias ao Poder Executivo, sem que se tenha indicado a respectiva fonte de custeio, ausentes ainda os demonstrativos dos respectivos impactos orçamentários e financeiros, violando assim as regras do art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como dos arts. 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal e ainda do art. 114 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019 (Lei nº- 13.707, de 2018)", argumenta a Presidência da República, que ouviu os ministérios da Educação e da Saúde para decidir pelo veto à matéria.

Para os pais dos estudantes, a falta da assistência será prejudicial para crianças e jovens mais carentes que usavam, gratuitamente, os serviços das escolas, "em diálogo com as família".

topo ↕

DIÁRIO DE CUIABÁ - MT - BRASIL

Mais de 123 mil alunos participarão do Saeb 2019 em MT

A edição deste ano é considerada a maior da história e a previsão, segundo o Inep, é de que haja a participação de mais de 7 milhões de estudantes em todo país
EDUCAÇÃO BÁSICA

Gestores e secretários estaduais e municipais de educação de Mato Grosso já deram o pontapé inicial para a realização do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) de 2019. No Estado, 5.154 turmas distribuídas em 1.280 escolas, localizadas nos 141 municípios mato-grossenses participam da avaliação nacional neste ano. Ao todo, serão 123.797 estudantes. O Saeb é apontado como a maior ferramenta utilizada para examinar a qualidade da educação básica no país e terá aplicações censitárias e amostrais.

De acordo com dados da Secretaria de Estado de Educação (Seduc), fornecidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (Mec) responsável pela realização do Saeb, somente da rede estadual de ensino serão 640 escolas, 3.401 turmas e um total de 81.888 alunos. Já na rede privada, serão 80 escolas, 169 turmas e 4.010 estudantes. Esses números têm como base no último Censo Escolar.

O Saeb 2019 ocorrerá no período de 21 de outubro a 1º de novembro próximo. A aplicação do exame, realizado a cada dois anos, teve início em 1990. A edição deste ano é considerada a maior da história e a previsão, segundo o Inep, é de que haja a participação de mais de 7 milhões de estudantes em todo país.

Em 2017, não só as escolas públicas do ensino fundamental, mas também as de ensino médio, públicas e privadas, passaram a ter resultados no Saeb e, conseqüentemente, no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Ainda, em junho passado, o Inep confirmou os colégios particulares selecionados para compor a parte amostral do sistema de avaliação e também receberam um e-mail com todas as orientações para participação.

Como parte do processo de aplicação das provas do Saeb 2019, a Seduc intensificou, neste mês de outubro, os “Dias ‘D’ da Aprendizagem”, conjunto de ações que promovem a reflexão sobre o processo de ensino, de aprendizagem e, principalmente, de intervenção pedagógica. “Esse é momento de motivarmos os estudantes para participarem do Sistema de Avaliação da Educação Básica”, destacou a secretária adjunta de Gestão Educacional da Seduc, Rosa Maria de Araújo Luzardo, por meio da assessoria de imprensa.

Rosa Luzardo frisou ainda que esta não é uma ação pontual, mas um conjunto de ações que devem ser realizadas por meio de uma relação colaborativa entre a Seduc, Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica (Cefapro), Assessorias Pedagógicas e as unidades escolares, para que entre tantos desafios possam refletir nas aprendizagens dos estudantes, bem como, a participação dos estudantes no dia da avaliação e a compreensão dos pais, neste importante processo para a educação.

Ainda, segundo a assessoria, os “Dias D da Aprendizagem” fazem parte do processo de aplicação das provas do Saeb 2019 em todas as escolas públicas (censitário) e privadas (amostral) localizadas em zonas urbanas e rurais que possuam 10 ou mais estudantes matriculados no 5º e 9º ano do ensino fundamental e de 3º do ensino médio. “Serão avaliados em questionários e testes de língua portuguesa e matemática”, reforçou.

Conforme Rosa Luzardo, neste ano, também serão avaliados os estudantes do 9º ano das Ciências da Natureza e das Ciências Humanas e os estudantes do 2º ano do ensino fundamental, tendo como referência as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). “Ainda em caráter amostral, pela primeira vez, os estudantes do 2º ano do ensino fundamental, em testes de língua portuguesa e matemática, considerando as diretrizes da BNCC e as escolas de educação infantil que de igual maneira receberão questionários a serem preenchidos por professores e diretores de creches e pré-escolas”, informou.

O Saeb é formado por um conjunto de avaliações externas, realizadas periodicamente por meio da aplicação de instrumentos padronizados (testes cognitivos e questionários) para etapas específicas da educação básica, e que têm como principal objetivo diagnosticar a educação básica do Brasil, dos estados e dos municípios de modo que favoreça a elaboração, o monitoramento e o aprimoramento das políticas educacionais.

O resultado, combinado aos dados do Censo Escolar, permite o cálculo do Ideb. Além disso, de acordo com o Ministério da Educação, é possível fazer um retrato da educação básica em nível nacional e as informações ajudam a subsidiar a elaboração, o monitoramento e o aprimoramento de políticas públicas em educação baseadas em evidências.

[topo](#)

J. DO COMMERCIO - PE - CIDADES

Reitores articulam deixar Sisu

Instituições discutem possível redução do número de vagas ou saída em bloco do Sistema de Seleção Unificada

UNIVERSIDADES ESTADUAIS

Universidades estaduais cogitam retirar vagas do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), plataforma online coordenada pelo Ministério da Educação (MEC) que usa a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e substitui os vestibulares na maioria das

instituições de ensino superior do Brasil. Uma das propostas, apresentada pelo reitor da Universidade de Pernambuco (UPE), Pedro Falcão, é a saída em bloco de todas as universidades estaduais do Sisu. Atualmente, metade dos calouros da UPE (1.740 jovens) ingressam pelo sistema.

A outra metade é aprovada no Sistema Seriado de Avaliação (SSA), seleção organizada pela própria universidade. O assunto será discutido pela Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem) durante o 65º Fórum Nacional de Reitores da Abruem. O encontro será no Maranhão entre os dias 23 e 26 de outubro.

A entidade tem 46 afiliadas, das quais 39 são estaduais. Dessas, pelo menos 17 participam do Sisu, disponibilizando 100% das vagas de graduações na plataforma ou apenas um percentual dos ingressos. Em Pernambuco, além da UPE, integram o sistema as três universidades federais (UFPE, UFRPE e Univasf) e os dois institutos federais (IFPE e IF do Sertão). “Há uma forte tendência de diminuição da oferta de vagas, no Sisu, das universidades estaduais. Mas ressalto que isso depende de cada instituição, que submete a decisão ao seu conselho universitário.

O tema será discutido no Maranhão com todos os reitores da Abruem. Faremos uma reflexão conjunta”, afirma o presidente da entidade e reitor da Universidade Estadual da Paraíba, Rangel Júnior. Segundo ele, três fatores corroboram para isso: o aumento da evasão, a insegurança em relação ao Enem e o não repasse de verbas, por parte do MEC, para assistência estudantil. “Percebemos que muitos estudantes se matriculam e depois desistem. Há casos também de universidades que precisam fazer várias chamadas do Sisu para preencher as vagas.

No caso da UEPB, por exemplo, já chegamos a realizar 15 chamadas”, observa Rangel. Ele diz que as estaduais estão atentas ao Enem. “É um exame importante, de qualidade e que ajudou a modificar o ensino médio brasileiro. Mas foram muitas mudanças no Inep. Essa instabilidade nos preocupa”, comenta o presidente da Abruem. Sobre a assistência estudantil, Rangel diz que desde 2015 as universidades estaduais não recebem dinheiro federal. “Uma das vantagens colocadas pelo MEC para adesão ao Sisu era o apoio financeiro para assistência estudantil. Mas isso só aconteceu até 2014. Fortalecemos o sistema nacional com as nossas vagas mas não temos nenhuma contrapartida do governo federal para continuar nele”, destaca o reitor da UEPB.

A UPE aderiu ao Sisu em 2015 e conforme Pedro Falcão, nunca recebeu verba da União para apoiar os estudantes. “Minha proposta é que todas as universidades estaduais deixem o Sisu”, diz. Ele ressalta, entretanto, que caso isso ocorra na UPE não valerá para os estudantes que vão ingressar ano que vem. “Se a mudança ocorrer será para preenchimento das vagas de 2021”, assegura Pedro Falcão.

FEDERAIS Pró-reitores da UFPE, UFRPE e Univasf garantem que as três instituições vão continuar no Sisu. “Uma nova gestão vai assumir a UFPE. Mas não há qualquer indicativo de saída do Sisu”, diz o pró-reitor acadêmico, Paulo Goes. O reitorado de Anísio Brasileiro acaba sábado.

A pró-reitora de ensino de graduação da Rural, Socorro Oliveira, informa que as regras de ingresso estão mantidas, inclusive com os mesmos pesos adotados no último Sisu.

“Até o momento não houve nenhuma proposta de alteração da forma de acesso à Univasf”, explica a pró-reitora de ensino da Univasf, Monica Tomé. Há uma forte tendência de mudança, com diminuição das vagas no Sisu e retomada dos vestibulares pelas próprias universidades, que poderão usar a nota do Enem como parte do processo seletivo”, diz o presidente da Abruem, Rangel Júnior

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

Capes seleciona bolsistas para doutorado em Yale

As bolsas são para a área de Ciências Biomédicas. Inscrições seguem até 1º de novembro.

Projetos de doutorado estão sendo selecionados para bolsas de estudo no Programa **Capex**-Yale de Doutorado em Ciências Biomédicas. A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, órgão vinculado ao Ministério da Educação, em parceria com a Universidade Yale, nos Estados Unidos são os responsáveis pelo programa e seleção.

A bolsa tem duração de seis anos, com renovação anual. As inscrições devem ser realizadas até o dia 1º de novembro. Um dos requisitos para participar do processo seletivo é a comprovação do nível de proficiência da língua inglesa.

Os selecionados receberão vários benefícios. Como, auxílio financeiro para despesas com passagem aérea, auxílio instalação, seguro-saúde e mensalidade. Além de uma bolsa mensal de US\$ 3.045,83. Os bolsistas terão ainda acesso a todos os recursos oferecidos pela Yale, como laboratórios, oportunidades de treinamento no Programa BBS de Yale (Yale Combined Program in the Biological and Biomedical Sciences).

Ao se inscreverem, os candidatos devem indicar umas das áreas de trabalho definidas no edital: Bioquímica, Biologia Quantitativa, Biofísica e Biologia Estrutural, Biologia Computacional e Bioinformática, Imunologia, Microbiologia, Biologia Celular Molecular, Genética e do Desenvolvimento, Medicina Molecular, Farmacologia e Fisiologia, Neurociência e Biologia molecular de planta. Dúvidas sobre o processo seletivo ou maiores informações devem ser acessadas no edital, clicando aqui.

*Com informações da **Capex**

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Barricadas causam bloqueios nas entradas da UFSC em Florianópolis

Troncos e lixeiras impedem a entrada de veículos em dois acessos da universidade na manhã desta quinta-feira.

Barricadas com troncos de árvores, pedras e lixeiras, em frente aos portões de acesso da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) impediram na manhã desta quinta-feira (10) o trânsito de veículos no campus de Florianópolis. Dois acessos principais que amanheceram bloqueados foram liberados pelos servidores da instituição por volta das 7h, conforme informou a Guarda Municipal.

Desde 10 de setembro, estudantes da UFSC estão em greve na universidade, que foi motivada contra os bloqueios no orçamento do Ministério da Educação (MEC), contra o programa Future-se e em defesa das universidades filantrópicas que estariam ameaçadas pela Reforma da Previdência, segundo a União Nacional dos Estudantes (UNE). O G1 tenta contato com a universidade.

Trânsito

Os manifestantes fecharam os acessos para o Centro de Filosofia e Ciências Humanas, que fica na Rua Capitão Romualdo de Barros, no bairro da Carvoeira, e do Centro Tecnológico, na Rua Deputado Antônio Edu Vieira, no bairro Pantanal.

As entradas secundárias e pela Rua Lauro Linhares, que possibilitam a circulação na instituição, não foram interditadas. Pelo menos uma linha de ônibus precisou fazer alteração de ponto de parada.

A Guarda Municipal informou que não recebeu nenhuma ocorrência sobre o caso e também não constatou movimentação de protesto no local.

Também foram espalhadas placas de madeira em que constam a palavra "greve". Na semana passada, estudantes também realizaram um bloqueio em apoio a greve geral de 48 horas que convocada pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN).

O ato foi realizado por um grupo de estudantes contra o bloqueio de recursos na educação. Ao menos dois portões foram liberados por volta das 8h30 com apoio da Polícia Militar. Também foram registrados protestos nos semáforos nas mediações do campus.

topo 

G1 - TEMPO REAL

Presidente do Conselho da UFFS publica decisão de não aprovação de destituição do reitor

Nota se refere à reunião extraordinária do Consuni ocorrida em 30 de setembro. Conselheiros que têm outro entendimento sobre mesmo encontro devem entrar com recurso.

Por G1 SC

Foi publicada nesta quarta-feira (9) no site da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) a decisão sobre o pedido de destituição do reitor, Marcelo Recktenvald, feita na reunião extraordinária do Conselho Universitário (Consuni) em 30 de setembro. Foi publicado que a proposta não foi aprovada pelo Consuni. Porém, há conselheiros que têm outro entendimento do resultado da reunião e devem entrar com recurso.

Não houve consenso sobre o resultado do encontro de 30 de setembro, que discutiu o envio ou não de um pedido de destituição do reitor. Para Recktenvald, a medida não foi aprovada. Para outros conselheiros, sim.

A decisão publicada no site nesta quarta é assinada pelo presidente do Consuni, Claunir Pavan.

A conselheira Dariane Carlesso afirmou que "a publicação da decisão destoou do que de fato aconteceu, desconsiderou parte da reunião". Segundo ela, os conselheiros que discordam do entendimento do presidente do Consuni devem enviar um recurso ao reitor indicando que o teor da decisão deve ser revisto. Caso a publicação permaneça como está, ela deve ser alvo de avaliação na próxima reunião do Conselho, em 17 de outubro.

Sem consenso sobre reunião do dia 30

O impasse da reunião está no número de conselheiros necessários para se ter dois terços do conselho. Isso porque, para aprovar o envio do pedido de destituição, seria preciso que dois terços do Consuni votassem favoravelmente a essa proposta.

No entendimento do reitor, há 54 conselheiros. Nesse caso, dois terços seriam 36. A proposta de destituição recebeu 35 votos favoráveis, 12 contra e duas abstenções. Dessa forma, o pedido seria rejeitado pelo Consuni.

Porém, esse resultado foi questionado por um professor, que argumentou que o regimento interno do conselho se refere a dois terços dos conselheiros com direito a voto na sessão. Foi apresentado recurso ao Consuni ainda durante a reunião.

Após a apresentação do recurso, segundo Carlesso, o reitor e alguns conselheiros deixaram a sessão. Permaneceram na reunião 41 conselheiros, que votaram pelo entendimento de 51 como o número de votantes. Dessa forma, com 35 votos favoráveis a proposta seria aprovada.

Questionamento

Os conselheiros questionam a nomeação de Recktenvald para o cargo de reitor. Em carta entregue a ele com pedido de renúncia, eles afirmam que "sua nomeação, feita pelo Presidente da República, por meio de Decreto publicado no Diário Oficial da União em 30 de agosto de 2019, representa clara violação à autonomia da UFFS e desrespeito para com a comunidade universitária."

Estudantes também protestaram contra o reitor. Eles chegaram a ocupar o prédio da reitoria por 20 dias.

Lista tríplice

Recktenvald assumiu o lugar de Jaime Giolo, que ocupava o cargo de reitor eleito da UFFS desde 2015, quando ocorreu o primeiro processo de consulta prévia à comunidade universitária e a votação do Consuni. Antes disso, desde 2009, o próprio Giolo estava à frente do cargo como reitor pro tempore, ou seja, que foi designado temporariamente pelo Ministério da Educação (MEC).

O processo de escolha de composição da lista tríplice para reitoria da universidade - o segundo em sua história - teve o primeiro turno realizado em 29 de abril deste ano. O processo de consulta prévia contou com quatro chapas inscritas e participação de mais de 6 mil pessoas. Recktenvald teve 21,40% do total de votantes, ficando em terceiro lugar.

O reitor nomeado por Bolsonaro não chegou a participar do segundo turno do processo, realizado em 28 de maio. Participaram as duas chapas mais votadas. O resultado foi Anderson André Genro Alves Ribeiro em primeiro lugar, com 54,1%; e Antônio Inácio Andrioli, com 45,9%.

Segundo a UFFS, não há hierarquia na lista tríplice, ou seja, qualquer um dos três indicados pelo Conselho Universitário pode ser nomeado. Conforme a legislação vigente, "o reitor e o vice-reitor de universidade federal serão nomeados pelo Presidente

da República e escolhidos entre professores dos dois níveis mais elevados da carreira ou que possuam título de doutor, cujos nomes figurem em listas tríplexes organizadas pelo respectivo colegiado máximo, ou outro colegiado que o englobe, instituído especificamente para este fim, sendo a votação uninominal”. O reitor recém-empossado da UFFS foi nomeado por meio do Decreto de 29 de agosto de 2019.

A UFFS atualmente tem campi em seis cidades, entre os três estados do Sul. Em Santa Catarina está o maior deles, em Chapecó, no Oeste. No Rio Grande do Sul, são três campi, em Passo Fundo, Erechim e Cerro Largo. Há dois também no Paraná, em Laranjeiras do Sul e Realeza.

Veja mais notícias do estado no G1 SC

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

Dados registram aumento na procura por ensino bilíngue no Brasil

Faturamento do setor teve o segundo maior crescimento, dentre os serviços educacionais, no 2º trimestre de 2019

Preparar as crianças para um mercado de trabalho cada vez mais competitivo e um mundo totalmente globalizado são inquietações recorrentes dos pais ao matricularem os filhos na educação básica. E isso inclui, claro, o ensino de línguas. O que antes era uma tendência, atualmente já pode ser considerada uma realidade.

Dados da Associação Brasileira do Ensino Bilíngue (Abebi) apontam um aumento entre 6% e 10% no segmento de escolas bilíngues do país nos últimos cinco anos. De acordo com o Ministério da Educação (MEC), o Brasil possui aproximadamente 40 mil escolas privadas, 21% do total das 184 mil unidades de ensino brasileiras. A Abebi estima que cerca de 3%, algo em torno de 1,2 mil instituições, possuem algum programa de educação bilíngue.

O ensino de inglês para crianças brasileiras teve início nos anos 80 e, desde então, o número de colégios com esse idioma no currículo só tem aumentado. Para o MEC, são consideradas bilíngues inclusive escolas para surdos e indígenas. Já a Organização das Escolas Bilíngues de São Paulo (OEBS) classifica na categoria, segundo seu estatuto, escolas cuja carga horária seja de no mínimo 75% em língua estrangeira na educação infantil a 25% no ensino médio.

Algumas instituições têm iniciativas como atividades, aulas de inglês ou de línguas estrangeiras, enquanto outras são totalmente bilíngues. A diferença está no currículo. Para Arno Krug, CEO de um programa desenvolvido por educadores canadenses e brasileiros aplicado em uma rede de escolas no Brasil, uma das diferenças da educação bilíngue é ensinar o estudante a pensar em dois idiomas. “A educação globalizada e multicultural, por meio do ensino bilíngue, é amplamente procurada pela crescente percepção de que dominar um segundo idioma, em especial o inglês, traz mais oportunidades”, explica.

Entretanto, é importante ressaltar que se entende como indivíduo bilíngue aquele que fala, pensa e raciocina em dois idiomas, navegando nesses ambientes confortavelmente, sem esforços ou traduções. Um estudo do Conselho Britânico revela que, apesar de esta característica ser considerada um diferencial, somente 1% da população brasileira é realmente fluente em inglês.

“A questão é que o bilinguismo não envolve apenas o aprender um novo idioma. Vai muito além. Em nível pessoal, o contato com outras culturas, desde bem pequeno, estimula a compreensão das diferenças, fazendo com que o indivíduo tenha mais consciência da parcialidade de sua própria identidade, de forma a se tornar um agente integrador no meio em que atua”, acredita Krug. “Hoje, falar inglês é essencial, seja para o mercado de trabalho, seja para a vida pessoal”, conclui o especialista.

Mercado em expansão

Levantamento da Associação Brasileira do Franchising (ABF) registra um aumento de 8,7% nos serviços educacionais bilíngues, considerado o segundo melhor crescimento no faturamento no segundo trimestre de 2019. Ainda assim, o Brasil ainda tem muito a avançar. Para comparação, na Argentina, Uruguai e Chile, o percentual de instituições de ensino bilíngues bate nos 8%. Para chegar perto dos países vizinhos, o sistema brasileiro precisaria incorporar mais 2 mil escolas particulares pelo menos.

Reconhecidamente um idioma de acesso, o inglês é a opção mais procurada por pais que buscam alternativas bilíngues. No entanto, seja qual for a segunda língua, o fundamental é que a escola siga a carga horária mínima exigida pelo MEC, além da orientação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O documento salienta que a língua inglesa deve colaborar para desenvolver competências que vão além da leitura, interpretação e resolução de problemas.

Na opinião da professora particular de matemática Tatiana Mello, algumas escolas bilíngues são mais fracas do que as tradicionais porque focam mais no idioma do que no conteúdo em si. Atualmente, ela dá aula para alguns alunos matriculados na Escola Americana de Brasília e a sua percepção sobre matemática, por exemplo, é de que o conteúdo é bastante específico e o aluno segue os conteúdos dos livros. Mas isso não ocorre em todas as disciplinas. Assim, para a educadora, só faz sentido matricular a criança em uma escola bilíngue se houver a intenção de futuramente mandá-la para o exterior. “Se for assim, acho muito válido”, afirma.

Mãe de quatro filhos, Gabriela Valadão Alves é defensora do ensino de outras línguas na escola. Contudo, ela considera como melhor modelo o da chamada escola estrangeira, que tem o aprendizado em outra língua como um benefício e dá atenção mais individualizada a cada aluno, principalmente com relação a diferentes habilidades, entre elas artes, esportes e teatro. “Além da imersão em inglês, essas escolas trabalham culinária, robótica, aula de circo e as aulas normais como matemática e ciências”, explica.

Por ter tido uma experiência internacional na adolescência, morando com a família no Texas (EUA), Gabriela acredita que ter fluência em inglês abre portas, seja para estudar ou morar fora. Por isso, os seus filhos mais novos estão matriculados em uma escola bilíngue em Brasília. Ela decidiu colocá-los na unidade de ensino ainda pequenos. “O ensino de outra língua estimula outras áreas do cérebro e a criança fica bem mais ativa”, conclui.

Educação do Amanhã 2019

Lançado em 2018 pelo Metrôpoles, o projeto Educação do Amanhã tem o objetivo de discutir novas metodologias e conceitos do processo educativo, além de estimular novas

habilidades nos jovens do século 21.

Neste ano, ao longo de duas semanas, o portal publicará uma série de conteúdos relacionados às mudanças na área da educação: o que esperar da escola do futuro, o universo tecnológico e as tendências no processo de aprendizagem. Além, é claro, do novo papel do professor diante deste cenário repleto de desafios.

A iniciativa tem patrocínio da Casa Thomas Jefferson, Colégio Ideal, Colégio Objetivo, AISEC e Colégio Marista.

O encerramento do projeto será marcado com a realização de um seminário no auditório do Edifício Íon, na SQN 212, Asa Norte (DF), que incluirá palestras inspiracionais, impactantes e reflexivas sobre como o processo educacional está em transformação nos dias atuais.

As inscrições são gratuitas e podem ser feitas pelo Sympla. Confira as palestras:

Educação para o século XXI
Palestrante: Rui Fava

A sala de aula inovadora
Palestrante: Fausto Camargo

Culturas de pensamentos e investigação na escola
Palestrante: Clarissa Bezerra

[topo](#)

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

Nos cursos à distância, Kroton vê concorrência avançar por todos os lados
Fatia da Kroton nos cursos à distância foi de 38% para 25% em 4 anos, segundo dados da consultoria Educa Insights.

O mercado de educação à distância cresceu de forma assustadora nos últimos anos. Em 2018, pela primeira vez o número de vagas ofertadas em cursos à distância superou o número de vagas em cursos presenciais: foram 7 milhões de vagas remotas, ante 6,3 milhões de vagas presenciais. No mundo das universidades privadas, 46% das novas matrículas de 2018 foram em cursos à distância; em 2017 eram 37%. A modalidade ganhou 324 mil matrículas no período.

Há tempos a rainha absoluta no segmento é a Kroton, dona da Anhanguera. Mas esse quadro está mudando — e rápido.

Maior companhia de educação do país, a Kroton tinha 38% do mercado de EAD em 2014 e vem perdendo espaço desde então. De 2017 para 2018, a perda foi oito de pontos percentuais: a empresa foi de 33% do mercado para 25%, de acordo com dados do Censo da Educação Superior 2018 compilados pela consultoria Educa Insights.

Ainda que o mercado de ensino à distância tenha crescido de forma considerável — foi de 1,2 milhão de alunos para 1,8 milhão entre 2014 e 2018 —, a perda de espaço da Kroton para outras empresas do setor representou uma redução efetiva de alunos para a companhia, que teve menos 46 mil estudantes de 2017 para 2018.

Mesmo assim, a empresa permanece como a maior do setor. No período analisado, a paulista Unip, segunda colocada, foi de 9% para 12% em participação de mercado. Em terceiro lugar está a Uniasselvi, que foi de 8% para 11% (veja gráfico).

Com sede em Santa Catarina, a Uniasselvi foi a universidade privada que mais ganhou alunos em números absolutos em 2018, com 61,6 mil novos estudantes, aumento de 43% em relação a 2017, de acordo com o levantamento da Educa Insights.

Curiosamente, a Uniasselvi que hoje incomoda a Kroton já foi parte da companhia. A gigante da educação comprou a empresa catarinense em 2012 por 510 milhões de reais e a vendeu quatro anos depois por R\$ 1,1 bilhão para os fundos Carlyle e Vinci. De lá para cá a rede ganhou 81 mil alunos no ensino à distância.

“A Uniasselvi teve uma grande expansão no número de polos nos últimos anos, oferece cursos com encontros semanais, o que atrai o cliente, e sabe quando dar um desconto para o aluno certo”, afirma Daniel Infante, diretor da Educa Insights.

Outra empresa não listada em bolsa e que chama a atenção é a Unip, segunda maior do segmento de ensino à distância e que ganhou 55,7 mil alunos entre 2017 e 2018. Já a Unicesumar foi a companhia com escala nacional que mais cresceu em números relativos, com incremento de 28,7 mil alunos no período, alta de 45%.

A Cruzeiro do Sul Educacional também teve crescimento relevante, com 26,5 mil novos alunos. O grupo tem chamado a atenção pelo foco em aquisições, sendo a mais recente a do centro universitário Braz Cubas, na região metropolitana de São Paulo.

Das listadas em bolsa, a Yduqs (ex-Estácio), segunda maior companhia de educação superior do país, ganhou 31,1 mil alunos no ensino à distância (alta de 24%). Já a Ser ganhou 2,8 mil alunos, alta de 33%. Das doze universidades analisadas, somente a Kroton perdeu espaço.

Kroton se mexe

A Kroton tem se mexido para fazer frente à concorrência. No início da semana, a empresa anunciou que vai mudar de nome e de formato da operação. A companhia será dividida em quatro braços que serão administrados pela holding Cognia Educação — que vem de “cognição”.

As empresas serão a Kroton, que segue com o mesmo nome e foco em cursos de ensino superior; a Saber, que inclui cursos de línguas e as escolas de ensino básico das quais a Kroton é dona; a Vasta Educação, que vai oferecer serviços de gestão para as escolas e material didático, incluindo eventual participação em licitações públicas; e a Platos, criada para oferecer serviços de gestão para o ensino superior. O grupo terá ainda um braço de investimento em startups, a Cognia Venture.

O atual presidente da Kroton, Rodrigo Galindo, será o presidente da holding Cognia. Roberto Valério, que era presidente de ensino superior, passará a ser o presidente da marca Kroton.

O anúncio não foi bem recebido pelo mercado e a empresa perdeu 1,3 bilhão de reais em valor de mercado. Mas evidencia a estratégia de diversificar os negócios para

continuar crescendo após alguns resultados decepcionantes. No segundo trimestre de 2019, o lucro líquido ajustado da companhia foi de 267 milhões, 44,2% menor que o do mesmo período do ano passado.

No ensino à distância, setor em que a Kroton nadou de braçada nos últimos anos, uma das estratégias está no reforço da relação com os parceiros nos polos espalhados pelo país. A companhia tem presença hoje em cerca de mil cidades e quer chegar perto de 2 mil cidades.

Segundo relatório recente do Itaú BBA, a expansão deve ser promovida por parceiros que já atuam com a Kroton, o que amplia as chances de sucesso. “Esse modelo aumenta significativamente as chances de sucesso dos novos polos de ensino à distância, porque os donos já estão familiarizados com a dinâmica do negócio”, diz o banco. “O maior desafio na expansão dos polos EAD é identificar bons parceiros”, completa.

A empresa também trabalha para melhorar a performance dos polos já existentes, a partir de uma comparação periódica de desempenho entre os diferentes polos e o compartilhamento de boas práticas das unidades de mais sucesso. Um aplicativo reúne dados de todos os polos e identifica desvios em unidades específicas. A partir daí, os polos com performance abaixo da média recebem a orientação de gerentes regionais.

Apesar do cenário desafiador, o banco avalia a estratégia da companhia no EAD como positiva. Em resumo, a Kroton não aderiu a descontos agressivos, que poderiam comprometer suas receitas, e espera a concorrência perder o fôlego nos próximos anos, em especial pequenos competidores. Afinal, o jogo do ensino à distância é caro e exige escala. “O principal risco é a continuação do atual ambiente competitivo por um tempo maior do que o esperado”, pondera o banco.

Tendências do setor

Os dados compilados pela Educa Insights mostram que a disputa pelo mercado de ensino à distância deve continuar acirrada no quesito preço. O preço médio dos cursos caiu 19% entre 2018 e 2019 — foi de 291 reais para 237 reais mensais.

Já os cursos híbridos, com aulas presenciais e à distância aumentaram sua fatia no mercado: em 2018 representavam 16% do mercado EAD, ante 12% em 2017. A modalidade cresce com a oferta de cursos mais complexos, como engenharia e enfermagem.

Outra tendência que deve continuar é a da consolidação do setor. A Cruzeiro do Sul comprou recentemente a Braz Cubas e estuda a aquisição da Positivo. Outras operações podem aparecer em breve. “Existem ativos disponíveis no mercado e, se a economia responder bem, devemos ver mais fusões”, afirma Infante.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Em cerimônia, parlamentares defendem educação como pauta prioritária

Deputados e senadores chamam atenção para a necessidade de investimento em educação durante evento da Frente Parlamentar Mista da Educação, que ocorreu na tarde desta quarta-feira (9) no Congresso Nacional. “[A expectativa da Frente] é que o Congresso Nacional, que ainda não tem a educação como prioridade, o país, que não tem educação como prioridade, possa dizer que investir em educação significa investir

em desenvolvimento, em economia, em garantia de emprego”, defende a presidente da Frente, Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO).

A Frente promove hoje o Dia de Mobilização pela Educação e propõe o uso da hashtag #EducaçãoNaFrente nas redes sociais. A intenção é, no mês de outubro, que reúne datas como o dia das crianças (12), dia do professor (15) e o dia nacional do livro (29), reforçar a educação como importante pauta.

“Sou filha de uma professora de uma escola pública, de Goiânia, de um bairro muito pobre, e o que eu conheci e vivi foi ensinado pela dona Consuêlo [Maria Consuêlo Seabra] minha mãe, como professora. A vida da minha família mudou pela educação”, diz Dorinha, que acrescenta: “A educação transforma sim vidas, histórias, e pode transformar o nosso país”.

Fundeb

A deputada é relatora na comissão especial da Câmara dos Deputados que analisa a PEC 15/15, que torna permanente o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

O fundo é hoje o principal mecanismo de financiamento da educação básica, que vai da creche ao ensino médio. Equivale, segundo o Ministério da Educação (MEC), a 63% de tudo o que é investido nas escolas públicas do Brasil.

O dinheiro é usado para pagamento do salário dos professores e para ações de manutenção e desenvolvimento do ensino, como a construção de quadras de esportes, reforma de instalações físicas, aquisição de carteiras, computadores, televisores e outros equipamentos, entre outras ações.

A deputada defende a ampliação da contribuição da União nesse fundo, passando dos atuais 10% do Fundeb para 40%, gradualmente, até 2031. Essa proposta é criticada pelo Ministério da Educação (MEC), que alega inviabilidade orçamentária e defende o aumento para 15% até 2026.

Dorinha enfatiza que o debate em torno do Fundeb não pode se restringir a percentuais. “A educação básica é muito mais do que isso. São quase 50 milhões de alunos e muitos que ainda estão fora da escola. Significa enxergar que temos escolas quilombolas, que precisam de tratamento diferenciado, é enxergar as aldeias indígenas, que querem e esperam educação e acreditam que ela pode melhorar a qualidade de vida, [enxergar] a educação organizada nas periferias das cidades grandes e também dos pequenos municípios”, enfatiza.

Fonte dos recursos

O presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, deputado federal Pedro Cunha Lima (PSDB-PB), também defende mais recursos para educação, mas ressalta que é necessário apontar as fontes desses recursos.

“Nesse cenário de aperto fiscal, não basta defender mais recursos para educação. Além disso, tem que dizer de onde vai tirar. Tem que ter honestidade política de apontar onde está o excesso para que tenha debate com pé no chão”, diz.

O deputado é autor da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 147/2019, conhecida como PEC dos Penduricalhos. A PEC altera o artigo 37 da Constituição Federal, acabando com acréscimos como auxílios creche, mudança, livro, aluguel, alimentação e outros, para agentes públicos que recebem mais de um quarto do salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal, ou seja, cerca de R\$ 10 mil.

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

MPF ingressa com ação judicial para MEC refazer consulta pública sobre Future-se

Ação civil diz que consulta online aberta pela pasta não cumpriu requisitos legais
SÃO PAULO - O Ministério Público Federal (MPF) ingressou com ação civil pública na Justiça para que o Ministério da Educação (MEC) refaça a consulta pública sobre o Future-se, programa lançado pelo governo Jair Bolsonaro como uma alternativa para o financiamento das universidades federais. Nos moldes como foi apresentado, o programa já foi rejeitado pela maioria das instituições de ensino.

Segundo o MPF, a forma como foi feita a consulta não obedeceu as regras estabelecidas pela legislação. A petição aponta diversas irregularidades que vão desde a ausência de ampla e prévia divulgação do documento convocatório, à falta de disponibilização dos documentos em linguagem simples e objetiva, bem como dos estudos e do material técnico que fundamentaram a proposta.

O MPF também ressalta que a Consulta foi realizada por uma organização social, sem contrato estabelecido, embora a legislação determine que consultas públicas sejam efetuadas, em todas as suas etapas, pelo poder público. A ação é assinada pelo procurador regional dos Direitos do Cidadão no Rio Grande do Sul, Enrico Rodrigues de Freitas

Em nota, o MEC afirmou que fez um consulta ao "anteprojeto do programa" e recebeu mais de 20 mil contribuições nessa fase. Disse ainda que após compilar os dados e propostas apresentadas irá propor um novo texto legislativo e será aberta uma consulta pública nos moldes previstos pela legislação. "Só depois disso, o projeto de lei será encaminhado ao Congresso Nacional", destaca.

A petição destacou que o próprio MEC anunciava publicamente o procedimento como "consulta pública", mas passou a nomear o procedimento como "pré-consulta" ou "pesquisa" após as irregularidades terem sido questionadas pelo MPF, em agosto.

A ação também pede que seja liminarmente suspensa a instituição de um Grupo de Especialistas Jurídicos, que tem como objetivo "consolidar as propostas apresentadas por meio da pré-consulta aberta à comunidade sobre o Programa Future-se e elaborar proposição legislativa acerca do referido Programa, a ser encaminhada ao Congresso Nacional".

Segundo a petição, a portaria que institui o grupo se deu em contrariedade ao que defende a própria nota técnica elaborada pela Advocacia-Geral da União (AGU) indicando que, após a etapa nomeada como "pré-pesquisa", haveria a subsequente realização de uma Consulta Pública.

BEM PARANÁ - TEMPO REAL

Capes oferta bolsas de doutorado-sanduiche no Canadá de R\$ 229,9 mil por ano

Estão abertas até 13 de novembro as inscrições para dez bolsas de doutorado-sanduíche, no Canadá, em todas as áreas do conhecimento. Com duração de dois anos, o programa é uma parceria da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (Capes), vinculada ao Ministério da Educação, com o governo canadense para fomentar o intercâmbio científico entre grupos de pesquisa.

Cada projeto vai receber até R\$ R\$ 229,9 mil por ano. Serão R\$ 70,3 mil para custeio de missões de trabalho, R\$ 10 mil para os recursos de manutenção de projeto e R\$ R\$ 149,6 mil para bolsas. O apoio financeiro será repassado aos pesquisadores ao longo do período dos trabalhos.

Segundo a coordenadora-geral de programas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior** da **Capes**, Andrea Vieira, a parceria com o Canadá já acontece há um tempo e continua firme por conta dos resultados. “A parceria tem se mostrado um sucesso, com artigos de impacto sendo publicados e registros de patentes, além da formação de doutores na modalidade”, disse.

Critérios – Para participar do processo seletivo, é preciso estar matriculado no programa de pós-graduação da instituição principal ou associada brasileira participante do projeto, retornar ao Brasil no mínimo seis meses antes da defesa da tese e comprovar o nível de proficiência em língua estrangeira que está especificado no edital.

topo ↕

BRASIL DE FATO - TEMPO REAL

UFMG foi a segunda universidade federal mais afetada pelos bloqueios Após bloquear R\$ 5,8 bilhões da educação em maio, desbloqueio de parte dos recursos não soluciona crise das universidades

Depois de bloquear, no mês de maio, R\$ 5,8 bilhões da educação e cerca de R\$ 2 bilhões das instituições federais de ensino superior (IFES), Bolsonaro assinou decreto (10.028, de 26 de setembro de 2019) desbloqueando uma parte desse recurso. Do total liberado, 58% devem retornar para os orçamentos das IFES, segundo o governo.

A UFMG foi a segunda universidade federal mais afetada pelos bloqueios, atrás apenas da UFRJ. De acordo com a Lei Orçamentária Anual (LOA) aprovada em 2019, a universidade mineira deveria receber R\$ 215,23 milhões. Em maio, a instituição foi informada do corte nominal de R\$ 64,5 milhões, 36,53% do que estava previsto na LOA. Com o desbloqueio, o corte cai para R\$ 34,43 milhões, de acordo com dados do sistema financeiro do governo federal.

“Na verdade, essa liberação ainda é pequena, se considerarmos que tivemos uma série de cortes, desde 2015. Então, estamos nos cortes dos cortes. Trata-se de uma jogada do governo federal para nos desmobilizar, justo quando estamos mais afinados, conscientes, mobilizados”, avalia a professora Maria Rosária Barbato, vice-presidente do Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte, Montes Claros e Ouro Branco (Apubh).

Corte ou contingenciamento?

O bloqueio atingiu verba discricionária já prevista na LOA e, por isso, foi considerado um corte. Houve cancelamento de editais, redução no consumo de água e energia, renegociação de contratos de terceirizados, paralisação da linha 4 do transporte

universitário, adiamento de atividades culturais, suspensão do boletim impresso, redução de faxineiras e funcionários de portaria, frota de carros parados por falta de manutenção, paralisação de obras, entre outros danos.

Na segunda-feira (30), o ministro da Educação, Abraham Weintraub, anunciou a medida como uma “regularização”, pois, segundo ele, não houve interrupção de serviços. “Por isso, estamos descontingenciando. O recurso está voltando agora, fruto da recuperação econômica e da geração de empregos”, disse o ministro, na mesma semana em que o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), ligado ao governo, reduz a estimativa de crescimento do PIB para o ano que vem.

Ao apresentar o desbloqueio, Weintraub sugere, pois, que as universidades teriam como empenhar o recurso até o fim do exercício. Entretanto, passados cinco meses de bloqueio, algumas atividades dificilmente poderão ser recompostas. “Ao se paralisar uma obra, depois fica difícil retomar. A empresa que está fazendo a obra pode entrar em falência, por exemplo”, comenta a técnica-administrativa Cristina Del Papa, coordenadora do Sindicato dos Trabalhadores nas Instituições Federais de Ensino (Sindifes).

Economia ou intimidação?

O governo alega que os bloqueios têm como fim o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. Essa afirmação é contestada pela professora Maria Rosária Barbato. Ela critica a política econômica do governo, que retira da educação para transferir aos bancos, e diz que o MEC tenta forçar a adesão das universidades ao “Future-se”, um programa de reestruturação administrativa e financeira das universidades, com contratos que seriam geridos por Organizações Sociais (OS).

“Uma das razões para entender que o estrangulamento não é ligado à Lei de Responsabilidade Fiscal é que ele é usado como chantagem para obrigar as universidades a aderirem ao programa “Future-se” e também para pressionar pela aprovação da reforma da Previdência”, argumenta. De fato, em diversas ocasiões, Weintraub disse que a provisão de recursos para as universidades poderia aumentar, caso elas aderissem ao programa.

2020 vai ser pior

Para 2020, o governo Bolsonaro encaminhou ao Congresso um Projeto de Lei Orçamentária Anual prevendo redução de 18% dos recursos do MEC, em comparação com 2019, e diminuição de 87% no orçamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), destinado ao financiamento da pesquisa. No final de setembro, o Conselho Universitário e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) da UFMG publicou uma moção de repúdio à proposta.

“O estrangulamento orçamentário imposto às instituições públicas de ensino superior e fomento à pesquisa parece integrar uma estratégia política que afronta as instituições e nega o valor da ciência. Os retrocessos decorrentes dessas ações equivocadas e sem justificativas, que vêm sendo sistematicamente adotadas, são e serão desconuais, representando não apenas um grave prejuízo à ciência brasileira, mas também um forte impacto na formação de professores e profissionais”, afirma o documento.

E as bolsas?

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, segundo o MEC, terá um desbloqueio de R\$ 270 milhões para bolsas de estudos. O ministro deixou claro que esse recurso será usado para honrar as bolsas atuais, sem qualquer previsão de novas bolsas.

Edição: Elis Almeida

topo ↕

CLICKPB - TEMPO REAL

Duas faculdades são condenadas a indenizar aluna que fez curso não reconhecido pelo MEC

Uniderc e Furne foram condenadas ao pagamento de indenização por danos morais e materiais no valor de R\$ 14.200,00.

A União de Instituições para o Desenvolvimento Educacional Religioso e Cultural Ltda (Uniderc) e a Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão (Furne) foram condenadas, de forma solidária, ao pagamento de indenização por danos morais e materiais no valor de R\$ 14.200,00 a ex-aluna Renata Bernardo Araújo, que fez, sem saber, curso não reconhecido pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC). Cabe recurso da decisão.

A autora da ação afirma que cursou mestrado em psicanálise aplicada à educação e saúde oferecido pela Uniderc, em parceria com a Furne, no valor de R\$ 7.200,00, em 24 parcelas mensais de R\$ 300,00. Entretanto, após o recebimento do diploma, teve sua progressão funcional negada pelo Município de Campina Grande, de onde é servidora pública, pois a Uniderc não é reconhecida pelo MEC e o curso não é recomendado pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

A Furne alegou que, além de não ser instituição de ensino superior, atuou apenas no apoio logístico do curso. Por sua vez, a Uniderc sustentou que apenas promoveu, em parceria, curso livre em área em que o MEC não exige regulamentação.

A sentença foi proferida pelo juiz Leonardo Sousa de Paiva Oliveira e a ação tramita na 2ª Vara Cível de Campina Grande. Na sentença, o juiz afirma que as informações divulgadas pelas instituições davam conta da realização de curso de mestrado em psicanálise na educação e saúde, fazendo acreditar que a autora estaria apta, ao final, à obtenção do título de mestre reconhecido nacionalmente com aprovação do MEC e avaliação do **Capes**.

“Diante desse quadro, não há como reconhecer que houve informação adequada sobre as condições do serviço educacional a ser prestado, ou seja, que se tratava de curso que não concedia o título de mestre, o que viola o direito a informação previsto artigo 6º, III, do Código de Defesa do Consumidor”, destacou o magistrado, ao explicar que a responsabilidade é solidária e decorre da ausência de informação ao consumidor da incapacidade de reconhecimento do certificado de mestrado.

“Assim, constatado que as demandadas Uniderc e Furne ofereceram curso de mestrado que, de fato, não era reconhecido pelo MEC e nem recomendado pela **Capes**, resta caracterizado o ato ilícito e o dever de indenizar”, ressaltou.

topo 

FOLHA DE PERNAMBUCO - PE - TEMPO REAL

Capes seleciona bolsistas para doutorado nos EUA

Bolsas de estudo fazem parte do Programa Capes-Yale de Doutorado em Ciências Biomédica

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, órgão vinculado ao Ministério da Educação, em parceria com a Universidade Yale, nos Estados Unidos, selecionará até dez projetos de doutorado para financiar bolsas de estudo no Programa **Capes-Yale de Doutorado em Ciências Biomédicas**. Os interessados têm até o dia 1º de novembro para realizar a inscrição.

Um dos requisitos para participar do processo seletivo é a comprovação do nível de proficiência da língua inglesa com notas dos testes TOEFL iBT, mínimo de 100 pontos, e no IELTS, total mínimo de 7,5 pontos.

Os selecionados receberão auxílio financeiro para despesas com passagem aérea, auxílio instalação, seguro-saúde e mensalidade, além de uma bolsa mensal de US\$ 3.045,83. A bolsa tem duração de seis anos, com renovação anual. Na oportunidade, os contemplados terão acesso a todos os recursos oferecidos pela Yale, como laboratórios e oportunidades de treinamento no Programa BBS de Yale (Yale Combined Program in the Biological and Biomedical Sciences).

A parceria **Capes-Yale** propõe visibilizar a produção científica, tecnológica e cultural do Brasil, conforme explica o presidente da **Capes**, **Anderson Correia**. “Reforçamos a área de cooperação entre países, com o objetivo de ampliar a inserção internacional de nossos pesquisadores e viabilizar trabalhos em conjunto com os grupos estrangeiros mais relevantes”, acrescenta.

No ato da inscrição, os candidatos devem indicar umas das áreas de trabalho definidas no edital: Bioquímica; Biologia Quantitativa; Biofísica e Biologia Estrutural; Biologia Computacional e Bioinformática; Imunologia; Microbiologia; Biologia Celular Molecular, Genética e do Desenvolvimento; Medicina Molecular; Farmacologia e Fisiologia; Neurociência e Biologia molecular de planta. Dúvidas sobre o processo seletivo ou maiores informações devem ser acessadas no edital, clicando aqui.

*com informações da **Capes**

topo 

IMIRANTE - TEMPO REAL

CAPES seleciona bolsistas para doutorado na Universidade Yale, nos EUA

São dez bolsas; inscrições seguem até 1 de novembro.

MARANHÃO - A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível

Superior (Capes), órgão vinculado ao Ministério da Educação, em parceria com a Universidade Yale, nos Estados Unidos, selecionará até dez projetos de doutorado para financiar bolsas de estudo no Programa **Capes-Yale de Doutorado em Ciências Biomédicas**. A bolsa tem duração de seis anos, com renovação anual. As inscrições devem ser realizadas até o dia 1º de novembro.

Um dos requisitos para participar do processo seletivo é a comprovação do nível de proficiência da língua inglesa. As notas dos testes TOEFL iBT, mínimo de 100 pontos, e no IELTS, total mínimo de 7,5 pontos, servirão como comprovante de proficiência.

Os selecionados receberão auxílio financeiro para despesas com passagem aérea, auxílio instalação, seguro-saúde e mensalidade, além de uma bolsa mensal de US\$ 3.045,83. Os bolsistas terão ainda acesso a todos os recursos oferecidos pela Yale, como laboratórios e oportunidades de treinamento no Programa BBS de Yale (Yale Combined Program in the Biological and Biomedical Sciences).

A parceria **Capes**-Yale tem como objetivo melhor visibilizar a produção científica, tecnológica e cultural do Brasil, conforme explica o presidente da **Capes**, **Anderson Correia**. “Reforçamos a área de cooperação entre países, com o objetivo de ampliar a inserção internacional de nossos pesquisadores e viabilizar trabalhos em conjunto com os grupos estrangeiros mais relevantes”, acrescenta.

Ao se inscreverem, os candidatos devem indicar umas das áreas de trabalho definidas no edital: Bioquímica, Biologia Quantitativa, Biofísica e Biologia Estrutural, Biologia Computacional e Bioinformática, Imunologia, Microbiologia, Biologia Celular Molecular, Genética e do Desenvolvimento, Medicina Molecular, Farmacologia e Fisiologia, Neurociência e Biologia molecular de planta. Dúvidas sobre o processo seletivo ou maiores informações devem ser acessadas no edital, clicando aqui.

topo ↕

JORNAL DIA A DIA - TEMPO REAL

Workshop de Métodos Probabilísticos e Estatísticos recebe trabalhos Evento realizado em parceria entre USP e UFSCar acontece de 12 a 14 de fevereiro, em São Carlos, encerrando as atividades do Programa de Verão em Estatística

Estão abertas as inscrições para participação e para apresentação de trabalhos (pôster ou comunicação oral) no VIII Workshop de Métodos Probabilísticos e Estatísticos, que acontece de 12 a 14 de fevereiro de 2020 em São Carlos e tem como objetivo discutir novos desenvolvimentos em estatística, probabilidade e suas aplicações. As submissões de trabalhos podem ser feitas até 18 de janeiro.

O evento é uma realização do Programa Interinstitucional de Pós-Graduação em Estatística (PIPGEs), oferecido em conjunto pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação (ICMC) da USP, em São Carlos, e pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). A programação será composta por oito conferências plenárias, miniconferências e minicurso, além de sessões de apresentação de trabalhos e de duas sessões temáticas: uma sobre Aprendizado de Máquina e outro sobre Probabilidade. A agenda preliminar está disponível no site do evento.

As inscrições com desconto podem ser realizadas até 1º de fevereiro e variam de R\$ 25,00, para estudantes de graduação, a R\$ 70,00, para pesquisadores. Já estão confirmados participantes da Universidade de Amsterdam (Holanda); da Universidade de Connecticut (EUA); da Universidade de Washington (EUA), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e das universidades federais do Rio Grande do Norte (UFRN), de Pernambuco (UFPE), do Rio Grande do Sul (UFRGS) e do ABC (UFABC).

O Workshop tem apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

(CNPq), da Associação Brasileira de Estatística (ABE) e do Centro de Ciências Matemáticas Aplicadas à Indústria (CeMEAI).

Programa de Verão em Estatística – Esse evento encerra a agenda do Programa de Verão em Estatística, que também é uma iniciativa do PIPGEs. As atividades são organizadas nos meses de janeiro e fevereiro de cada ano na cidade de São Carlos e estão concentradas na realização de cursos de curta e média duração, seminários e o Workshop de Métodos Estatísticos e Probabilísticos.

Texto: Gabriela Bidin – Assessoria de Comunicação do ICMC/USP

VIII Workshop de Métodos Probabilísticos e Estatísticos

Site: wpsm.icmc.usp.br

Data: 12, 13 e 14 de fevereiro de 2020

Local: Departamento de Estatística da UFSCar

Endereço: Rodovia Washington Luis, km 235 – São Carlos – SP.

E-mail: wpsm.pipges@gmail.com

Programa de Verão em Estatística 2020

Site: estatisticaverao.icmc.usp.br

Data: de 2 de janeiro a 12 de fevereiro de 2020

Local: Departamento de Estatística da UFSCar

Endereço: Rodovia Washington Luis, km 235 – São Carlos – SP.

E-mail: pipges.verao.facebook@gmail.com

topo ↕

MAIS PB - TEMPO REAL

Instituições são condenadas a pagar indenização

A União de Instituições para o Desenvolvimento Educacional Religioso e Cultural Ltda (Uniderc) e a Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão (Furne) foram condenadas, de forma solidária, ao pagamento de indenização por danos morais e materiais no valor de R\$ 14.200,00 em favor de Renata Bernardo Araújo. A sentença foi proferida pelo juiz Leonardo Sousa de Paiva Oliveira nos autos da ação nº 0822785-67.2016.815.0001, em tramitação na 2ª Vara Cível de Campina Grande.

A autora afirma na ação que cursou mestrado em psicanálise aplicada à educação e saúde oferecido pela Uniderc, em parceria com a Furne, no valor de R\$ 7.200,00, em 24 parcelas mensais de R\$ 300,00. Entretanto, após o cumprimento de suas obrigações e o recebimento do diploma, teve sua progressão funcional negada pelo Município de Campina Grande, de onde é servidora pública, sob a fundamentação de que a instituição Uniderc não é reconhecida pelo MEC e o curso não é recomendado pela **Capex**.

A Furne alegou que além de não ser instituição de ensino superior, atuou apenas no apoio logístico do curso. Por sua vez, a Uniderc sustentou que apenas promoveu, em parceria, curso livre em área em que o Mec não exige regulamentação.

Na sentença, o juiz afirma que as informações divulgadas pelas instituições davam conta da realização de curso de mestrado em psicanálise na educação e saúde, fazendo acreditar que a autora estaria apta, ao final, à obtenção do título de mestre reconhecido nacionalmente com aprovação do Mec e avaliação do **Capex**.

“Diante desse quadro, não há como reconhecer que houve informação adequada sobre as condições do serviço educacional a ser prestado, ou seja, que se tratava de curso que não concedia o título de mestre, o que viola o direito a informação previsto artigo 6º, III, do Código de Defesa do Consumidor”, destacou o magistrado, ao explicar que a responsabilidade é solidária e decorre da ausência de informação ao consumidor da incapacidade de reconhecimento do certificado de mestrado.

“Assim, constatado que as demandadas Uniderc e Furne ofereceram curso de mestrado que, de fato, não era reconhecido pelo Mec e nem recomendado pela **Capes**, resta caracterizado o ato ilícito e o dever de indenizar”, ressaltou.

Cabe recurso da decisão.

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

CNPq diz que gastos com aluguéis não atrapalham bolsas de estudo

O órgão nega que a troca de sede tenha gerado mais despesas e diz que a redução de valores não resulta em ações de fomento à pesquisa

Os gastos com aluguéis e a possível troca de sede dividiu a cúpula do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. A situação se agravou após pressões internas e acusações de altas despesas.

O ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, o astronauta Marcos Pontes, já deu indícios de que pretende reduzir os gastos do CNPq com aluguéis e ordenar o retorno da autarquia para a sede antiga. Hoje, o órgão ocupa um prédio no Lago Sul, sob o custo de R\$ 744 mil mensais.

“Nós estamos reestruturando o CNPq. Vamos parar de pagar aluguel e mudar para o prédio antigo. Além disso, a própria gestão será repensada. Eu preciso mesmo de tanta gente? Você tem que fazer uma análise se é necessário esse tanto de gente para fazer determinada tarefa”, disse o ministro em recente entrevista.

A declaração desencadeou uma reação. Segundo o CNPq, o gasto com a locação da sede diminuiu 24%. O órgão desembolsava R\$ 984,5 mil. “Esse valor é resultado de sucessivas negociações com a proprietária do prédio, realizadas nos últimos dois anos, que reduziram o valor contratado do aluguel”, rebate o CNPq, em nota.

Governo rompe acordo, não faz repasses ao CNPq e ameaça bolsas

Além disso, segundo órgão, foi transferido à proprietária os custos com benfeitorias e manutenções prediais, como a instalação de usina fotovoltaica que proporciona economia estimada em cerca de 20% na despesa de energia elétrica, os gastos com brigada de incêndio, manutenção de ar condicionado e dos elevadores.

O órgão nega que a troca de endereço tenha gerado mais gastos. “A mudança da sede do CNPq foi uma necessidade, à época, de otimizar os custos redundantes com infraestrutura e a logística, tendo em vista que a agência ocupava, concomitantemente, três diferentes edifícios em Brasília, sendo que apenas um era de propriedade do CNPq e, portanto, isento de aluguel”, finaliza o texto.

Projetos

Desde o início do governo, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações tem se debruçado sob os gastos do CNPq. Chegou a ser cogitado que o órgão ocupasse prédios na Esplanada. A medida não vingou por questões de espaço. O local acabou ocupado pelo Ministério da Infraestrutura.

Está em andamento no CNPq um processo para iniciar uma consulta pública para identificar possibilidades para o prédio da CLN 507 que sejam mais vantajosas ao órgão, seja por permuta de edifício, construção de nova sede própria ou outra negociação de interesse ao erário.

Bolsas

Nos bastidores do governo federal, existe uma disputa pelo CNPq. Pontes defende que o órgão fique sob seu guarda-chuva. O ministro da Educação, Abraham Weintraub, quer fundir a autarquia com a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

Pontes defende que as finanças do CNPq sejam reestruturadas para se evitar cortes de bolsas e de fomento à pesquisa. Para ele, “este o momento mais difícil” da autarquia desde sua criação, no início da década de 1950.

Apesar dos esforços para redução de gastos com aluguéis, o CNPq ressalta que isso não resulta em mais bolsas. “Reforçamos que qualquer redução de custos nesse contexto otimiza o gasto público com as atividades meio, aumentando a capacidade administrativa do CNPq, mas não resulta, necessariamente, em uma maior capacidade orçamentária para ações de fomento à pesquisa, tendo em vista que são rubricas diferente, pondera o texto.

topo ↕

PARA+ - TEMPO REAL

Estão abertas vagas para bolsas de doutorado nos EUA, na Universidade Yale pela CAPES

Até dez projetos de doutorado podem ser financiados com bolsas de estudo no Programa **Capes-Yale** de Doutorado em Ciências Biomédicas. Essa oportunidade está sendo oferecida pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, órgão vinculado ao Ministério da Educação, em parceria com a Universidade Yale, nos Estados Unidos.

As inscrições devem ser realizadas até o dia 1º de novembro, e a bolsa tem duração de seis anos, com renovação anual. Ao se inscreverem, os candidatos devem indicar umas das áreas de trabalho definidas no edital: Bioquímica, Biologia Quantitativa, Biofísica e Biologia Estrutural, Biologia Computacional e Bioinformática, Imunologia, Microbiologia, Biologia Celular Molecular, Genética e do Desenvolvimento, Medicina Molecular, Farmacologia e Fisiologia, Neurociência e Biologia molecular de planta. Dúvidas sobre o processo seletivo ou maiores informações devem ser acessadas no edital, clicando aqui

Um dos requisitos para participar do processo seletivo é a comprovação do nível de proficiência da língua inglesa. As notas dos testes TOEFL iBT, mínimo de 100 pontos, e no IELTS, total mínimo de 7,5 pontos, servirão como comprovante de proficiência.

Os candidatos aptos receberão auxílio financeiro para despesas com passagem aérea, auxílio instalação, seguro-saúde e mensalidade, além de uma bolsa mensal de US\$ 3.045,83. Os bolsistas terão ainda acesso a todos os recursos oferecidos pela Yale, como

laboratórios oportunidades de treinamento no Programa BBS de Yale (Yale Combined Program in the Biological and Biomedical Sciences).

A **Capes**-Yale tem como objetivo melhor visibilizar a produção científica, tecnológica e cultural do Brasil, conforme explica o presidente da **Capes**, **Anderson Correia**.

“Reforçamos a área de cooperação entre países, com o objetivo de ampliar a inserção internacional de nossos pesquisadores e viabilizar trabalhos em conjunto com os grupos estrangeiros mais relevantes”, acrescenta.

*Com informações da **Capes**

topo ↕

PBAGORA - TEMPO REAL

Abertas vagas para bolsas de doutorado nos EUA, na Universidade Yale pela CAPES

Estão sendo ofertadas dez bolsas; inscrições seguem até 1º de novembro

Até dez projetos de doutorado podem ser financiados com bolsas de estudo no Programa **Capes**-Yale de Doutorado em Ciências Biomédicas. Essa oportunidade está sendo oferecida pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, órgão vinculado ao Ministério da Educação, em parceria com a Universidade Yale, nos Estados Unidos.

As inscrições devem ser realizadas até o dia 1º de novembro, e a bolsa tem duração de seis anos, com renovação anual. Ao se inscreverem, os candidatos devem indicar umas das áreas de trabalho definidas no edital: Bioquímica, Biologia Quantitativa, Biofísica e Biologia Estrutural, Biologia Computacional e Bioinformática, Imunologia, Microbiologia, Biologia Celular Molecular, Genética e do Desenvolvimento, Medicina Molecular, Farmacologia e Fisiologia, Neurociência e Biologia molecular de planta. Dúvidas sobre o processo seletivo ou maiores informações devem ser acessadas no edital, clicando aqui

Um dos requisitos para participar do processo seletivo é a comprovação do nível de proficiência da língua inglesa. As notas dos testes TOEFL iBT, mínimo de 100 pontos, e no IELTS, total mínimo de 7,5 pontos, servirão como comprovante de proficiência.

Os candidatos aptos receberão auxílio financeiro para despesas com passagem aérea, auxílio instalação, seguro-saúde e mensalidade, além de uma bolsa mensal de US\$ 3.045,83. Os bolsistas terão ainda acesso a todos os recursos oferecidos pela Yale, como laboratórios oportunidades de treinamento no Programa BBS de Yale (Yale Combined Program in the Biological and Biomedical Sciences).

A **Capes**-Yale tem como objetivo melhor visibilizar a produção científica, tecnológica e cultural do Brasil, conforme explica o presidente da **Capes**, **Anderson Correia**.

“Reforçamos a área de cooperação entre países, com o objetivo de ampliar a inserção internacional de nossos pesquisadores e viabilizar trabalhos em conjunto com os grupos estrangeiros mais relevantes”, acrescenta.

*Com informações da **Capes**

topo ↕

PNB ONLINE - TEMPO REAL

Plantas do Pantanal reduzem dano ambiental causado por garimpo, aponta pesquisa

Estudo contribui para a diminuição do mercúrio no solo, um problema enfrentado por Mato Grosso há décadas e que causa graves prejuízos ambientais e à saúde humana.

Graças ao garimpo, a poluição do Pantanal por mercúrio é uma realidade enfrentada há décadas. A extração de metais como ouro na região, principalmente entre os anos de 1980 e 1990, contribuiu para uma contaminação ambiental que tem seus efeitos sentidos até hoje, quase 40 anos depois. Recentemente, um estudo de pesquisadores da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) revelou que microorganismos contidos em duas espécies de plantas são capazes de promover a retirada de mercúrio de solos contaminados.

A pesquisa, desenvolvida pelo Instituto de Biociências em parceria com o Departamento de Engenharia Florestal da UFMT, descobriu que as plantas corticeira (*Aeschynomene Fluminensis*) e erva-de-bicho (*Polygonum acuminatum*), encontradas em Poconé, possuem microorganismos capazes de reter o mercúrio em si mesmos, liberando o solo do metal tóxico.

A descoberta foi possível ao observar que essas espécies crescem bem em áreas altamente contaminadas: “A área que trabalhamos foi utilizada, na década de 80, como área para se fazer o enxágue, a separação do ouro e do mercúrio. Essa única área tem sete vezes mais mercúrio no solo do que o nível necessário para se isolar”, ressalta o professor Marcos Antônio Soares, doutor em biotecnologia e biodiversidade, e coordenador da pesquisa.

Com a reprodução de microorganismos encontrados nas duas espécies nas áreas contaminadas, os pesquisadores constataram que o mercúrio tinha praticamente desaparecido do solo. Isso é possível porque em parte a substância tóxica fica presa à planta e em parte é transformada em gás que é diluído na atmosfera, deixando de causar prejuízos. Microorganismo permite o bom desenvolvimento das espécies *Aeschynomene Fluminensis* e *Polygonum Acuminatum* mesmo na presença do metal tóxico mercúrio.

O processo natural de descontaminação de mercúrio pode levar décadas, mesmo após cessada a fonte de contaminação. Além de ser altamente tóxico, o metal também é bioacumulável e por isso, tende a passar por toda a cadeia alimentar de um bioma como o Pantanal. O resultado é que além da fauna e da flora, ele pode chegar ao homem via alimentação, por meio de animais, plantas ou água contaminada.

(Reprodução autorizada pelos pesquisadores)image (1).png

Microorganismo permite o bom desenvolvimento das espécies *Aeschynomene Fluminensis* e *Polygonum Acuminatum* mesmo na presença do metal tóxico mercúrio.

O resultado da pesquisa, que contou também com a participação de estudantes de doutorado, mestrado e graduação, encontra-se agora disponível para empresas interessadas em aplicar a tecnologia desenvolvida pela universidade. O estudo, que vem sendo desenvolvido desde 2017, só foi possível graças ao financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso (Fapemat) e da **Coordenação de**

Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), órgão do Ministério da Educação (MEC).

topo ↗

SEGS - PORTAL NACIONAL - TEMPO REAL

Estão abertas vagas para bolsas de doutorado nos EUA, na Universidade Yale pela CAPES

Até dez projetos de doutorado podem ser financiados com bolsas de estudo no Programa **Capes**-Yale de Doutorado em Ciências Biomédicas. Essa oportunidade está sendo oferecida pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, órgão vinculado ao Ministério da Educação, em parceria com a Universidade Yale, nos Estados Unidos.

As inscrições devem ser realizadas até o dia 1º de novembro, e a bolsa tem duração de seis anos, com renovação anual. Ao se inscreverem, os candidatos devem indicar umas das áreas de trabalho definidas no edital: Bioquímica, Biologia Quantitativa, Biofísica e Biologia Estrutural, Biologia Computacional e Bioinformática, Imunologia, Microbiologia, Biologia Celular Molecular, Genética e do Desenvolvimento, Medicina Molecular, Farmacologia e Fisiologia, Neurociência e Biologia molecular de planta. Dúvidas sobre o processo seletivo ou maiores informações devem ser acessadas no edital, clicando aqui.

Um dos requisitos para participar do processo seletivo é a comprovação do nível de proficiência da língua inglesa. As notas dos testes TOEFL iBT, mínimo de 100 pontos, e no IELTS, total mínimo de 7,5 pontos, servirão como comprovante de proficiência.

Os candidatos aptos receberão auxílio financeiro para despesas com passagem aérea, auxílio instalação, seguro-saúde e mensalidade, além de uma bolsa mensal de US\$ 3.045,83. Os bolsistas terão ainda acesso a todos os recursos oferecidos pela Yale, como laboratórios e oportunidades de treinamento no Programa BBS de Yale (Yale Combined Program in the Biological and Biomedical Sciences).

A **Capes**-Yale tem como objetivo melhor visibilizar a produção científica, tecnológica e cultural do Brasil, conforme explica o presidente da **Capes**, **Anderson Correia**. “Reforçamos a área de cooperação entre países, com o objetivo de ampliar a inserção internacional de nossos pesquisadores e viabilizar trabalhos em conjunto com os grupos estrangeiros mais relevantes”, acrescenta.

*Com informações da **Capes**

topo ↗

T1 NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Capes seleciona bolsistas para doutorado na Universidade Yale, nos EUA **Inscrições seguem até 1º de novembro no site da Capes.**

Projetos de doutorado estão sendo selecionados para bolsas de estudo no Programa **Capes**-Yale de Doutorado em Ciências Biomédicas. A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, órgão vinculado ao Ministério da Educação, em parceria com a Universidade Yale, nos Estados Unidos são os responsáveis pelo programa e seleção.

A bolsa tem duração de seis anos, com renovação anual. As inscrições devem ser realizadas até o dia 1º de novembro e um dos requisitos para participar do processo

seletivo é a comprovação do nível de proficiência da língua inglesa.

Os selecionados receberão auxílio financeiro para despesas com passagem aérea, auxílio instalação, seguro-saúde e mensalidade, além de uma bolsa mensal de US\$ 3.045,83. Os bolsistas terão ainda acesso a todos os recursos oferecidos pela Yale, como laboratórios oportunidades de treinamento no Programa BBS de Yale (Yale Combined Program in the Biological and Biomedical Sciences).

Ao se inscreverem, os candidatos devem indicar umas das áreas de trabalho definidas no edital: Bioquímica, Biologia Quantitativa, Biofísica e Biologia Estrutural, Biologia Computacional e Bioinformática, Imunologia, Microbiologia, Biologia Celular Molecular, Genética e do Desenvolvimento, Medicina Molecular, Farmacologia e Fisiologia, Neurociência e Biologia molecular de planta. Dúvidas sobre o processo seletivo ou maiores informações devem ser acessadas no edital, clicando aqui.

Agências Educa Mais Brasil

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

MPF entra na Justiça para que MEC refaça a consulta pública sobre o Future-se Na ação civil pública, o MPF diz que o MEC não seguiu a legislação própria que regulamenta consultas públicas e exige, por exemplo, ampla e prévia divulgação e linguagem simples e objetiva dos documentos propostos.

O Ministério Público Federal, por meio da Procuradoria Federal Direitos do Cidadão (PFDC), entrou na Justiça para que o Ministério da Educação refaça a consulta pública do Future-se, a proposta da pasta para alterar as formas de financiamento das universidades federais. Segundo o MPF, a consulta feita pelo MEC entre julho e agosto deste ano "não cumpriu minimamente os requisitos legais na área".

A ação também pede que o MEC suspenda a portaria de 30 de setembro que instituiu um grupo de juristas para consolidar as propostas apresentadas na "pré-consulta" pública e elaborar o projeto de lei do Future-se.

O G1 entrou em contato com o MEC, mas ainda não recebeu retorno até a publicação desta reportagem.

Leia a íntegra da proposta que foi a consulta pública

Entenda o rascunho do projeto de lei

O que é o Future-se

O Future-se é a proposta lançada em julho pelo MEC para ampliar as formas de financiamento das universidades federais –além do orçamento anual definido pelo Congresso Nacional, a pasta pretende usar recursos da União, como imóveis, para criar um fundo multimercado, no qual o rendimento seria repassado às instituições; Para isso, o MEC propôs a alteração de 17 leis, incluindo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Plano de Carreiras e Cargos do Magistério Federal, a lei que trata dos fundos constitucionais das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, as regras para isenção tributária de importações e as regras de deduções do imposto de renda;

Por enquanto, o Future-se é apenas um rascunho, e não há previsão de quando o MEC pretende encaminhar o projeto de lei para tirar a ideia do papel;

A adesão ao novo formato, segundo o MEC, é voluntária, mas a universidade que

decidir aderir deverá aceitar todos os termos do Future-se, incluindo submeter-se a decisões de um Comitê Gestor, como quem poderá ser candidato ao cargo de reitor; A maior crítica que reitores e associações fizeram ao programa, até agora, é o fato de ele colocar em risco a autonomia das universidades.

Regulamento das consultas públicas

Assinada pelo procurador regional Enrico Rodrigues de Freitas, do Rio Grande do Sul, a ação civil pública diz que o governo, para realizar uma consulta pública, precisa seguir as regras definidas em dois decretos para todas as etapas do processo, incluindo "elaboração, redação, alteração, consolidação e encaminhamento de propostas recebidas". Mas o MEC, de acordo com o MPF, descumpriu esses requisitos.

Entre as irregularidades apontadas pela ação judicial estão o fato de que o MEC não teria dado "ampla e prévia divulgação do documento convocatório", além de não ter oferecido, aos participantes da consulta, "documentos em linguagem simples e objetiva", além dos "estudos e do material técnico que fundamentaram a proposta".

Além disso, o MPF diz que o MEC usou uma organização social sem contrato estabelecido para realizar a consulta, "embora a legislação determine que consultas públicas sejam efetuadas, em todas as suas etapas, pelo Poder Público".

Consulta x pré-consulta

Segundo o MPF, "embora tenha sido anunciada publicamente pelo Ministério da Educação como Consulta Pública, a pasta passou a nomear o procedimento como pré-consulta ou pesquisa após as irregularidades terem sido questionadas pelo Ministério Público Federal".

Como foi a consulta pública do Future-se

A consulta pública do Future-se foi lançada em 17 de julho, na mesma data de lançamento da proposta, em um evento capitaneado pelo ministro Abraham Weintraub.

O MEC afirmou, em mais de uma ocasião, que construiu o texto da proposta com base em reuniões feitas durante o ano com reitores. Uma versão resumida do documento foi apresentada a alguns reitores na véspera do lançamento oficial.

Os documentos em consulta, porém, não estavam disponíveis de forma aberta. Para ter acesso ao texto, o site exigia que o usuário primeiro criasse um cadastro com e-mail e CPF no sistema.

Já para enviar comentários sobre a proposta, o participante deveria preencher um perfil, indicando sua cidade e estado, faixa etária, nível de escolaridade e ocupação.

A cada capítulo, os participantes poderiam responder a perguntas objetivas sobre se consideram o texto "totalmente claro", "claro com ressalvas" ou "não está claro" – não havia uma opção específica para discordar totalmente da pergunta. Havia também pelo menos um campo por capítulo no qual os participantes poderiam incluir comentários por escrito. Na décima e última página do formulário, um último campo de texto ficava aberto para um "comentário geral sobre a proposta do programa".

Inicialmente, a pasta havia dito que a consulta ficaria aberta a contribuições até 15 de

agosto. No dia 16, porém, ela foi adiada até 29 de agosto. Ao longo de mais de 40 dias, o MEC diz que 59.204 pessoas se cadastraram na plataforma e 20.462 responderam a pelo menos uma pergunta dos formulários – o MEC não esclareceu se as respostas se tratavam do formulário com dados pessoais, ou a comentários específicos sobre a proposta.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

**Einstein abre inscrição para pós-graduação em Ciências da Saúde
Instituição oferece 40 vagas para mestrado e doutorado. As inscrições podem ser feitas até o dia 18 de outubro**

O Instituto Israelita de Ensino e Pesquisa Hospital Albert Einstein dispõe de 40 vagas para o Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Ciências da Saúde. As inscrições podem ser feitas até 18 de outubro de 2019.

As vagas são nos níveis de mestrado e doutorado. O programa tem quatro opções de linhas de pesquisa: Envelhecimento, Medicina Crítica, Medicina Molecular e Neurociências.

O objetivo dos cursos é formar profissionais capacitados para desenvolver carreira científica em instituições de ensino superior, institutos de pesquisa, empresas voltadas para saúde e biotecnologia e setores de gestão de saúde. Empreendedorismo e Inovação, Redação Científica, Didática, Inglês Científico e Gestão em Pesquisa são alguns exemplos de disciplinas oferecidas.

O processo seletivo para ingresso nos cursos de mestrado e doutorado será constituído por três fases: a primeira avaliará os documentos entregues na inscrição; na segunda, será aplicada prova de aptidão e redação; e, na terceira, o candidato deverá fazer apresentação do projeto de pesquisa e participar de entrevista com a banca examinadora.

As inscrições devem ser feitas pelo site do programa. Durante o processo de inscrição será exigido o envio de cópias da carteira de identidade, do CPF, do comprovante residencial, do diploma de graduação, do histórico escolar da graduação e do currículo Lattes, além de comprovante de proficiência em inglês, com validade de dois anos.

O resultado do processo seletivo será divulgado em 10 de dezembro, no site do programa.

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

CNPq vai voltar para imóvel próprio que está abandonado, diz Marcos Pontes a jornal

Ministro da Ciência e Tecnologia anunciou em entrevista ao Correio Braziliense que estuda reduzir equipe da agência: Preciso mesmo de tanta gente?

RIO — O ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, anunciou que o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) vai voltar para o prédio de sua sede original, na Asa Norte, em Brasília.

Conforme mostrou O GLOBO nesta terça-feira, o edifício está abandonado desde 2010, e a instituição já gastou R\$ 260 milhões no aluguel de um novo imóvel no Lago Sul.

Os gastos com aluguel contrapõem o período de escassez pelo qual atravessa o CNPq. Conforme estabelece a proposta orçamentária do governo, o órgão vai perder 87% da

verba de fomento à pesquisa em 2020

O anúncio foi feito em entrevista ao jornal "Correio Braziliense" nesta quarta-feira.

Pontes, no entanto, não deu prazos para a mudança. Ainda no âmbito do CNPq, o ministro se disse contra a proposta de fusão da instituição com a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e aventou a possibilidade de reduzir o quadro de funcionários da agência de fomento à pesquisa.

"A própria gestão será repensada. Eu preciso mesmo de tanta gente? Você tem que fazer uma análise se é necessário esse tanto de gente para fazer determinada tarefa", defendeu o ministro, em referência às dificuldades no caixa do CNPq, que, segundo ele, fomenta o trabalho de 80 mil pesquisadores.

Diante do contingenciamento de 42,27% sobre a pasta, Pontes se mostra esperançoso diante dos R\$ 250 milhões oriundos do acordo da Petrobras com a Lava-Jato e direcionados para o ministério, o que cobriria precisamente os R\$ 248 milhões necessários para fechar as contas do ano. O ex-cosmonauta não descarta, ainda, um aporte emergencial do próprio Ministério da Economia.

O ministro ainda se mostrou desapontado com o descontingenciamento tímido nas verbas da pasta, e alerta que projetos em andamento dependem de mais dinheiro em caixa.

"Não era o que eu estava esperando. Eles tinham outras prioridades mais urgentes naquele momento. Foi o que me explicaram, mas não sei dizer quais eram exatamente. Conversei lá e, para este segundo desbloqueio, espero que venha mais", disse.

Pontes também se comprometeu com o funcionamento da Base Espacial de Alcântara, no Maranhão, até 2021 e com o leilão da tecnologia 5G até 2020.

Ainda na área da comunicação, disse apostar suas fichas nos projetos Nordeste Conectado e Norte Conectado, que ampliarão o acesso à banda larga nas duas regiões do país. No caso da Amazônia, prevê-se a instalação de mais de 10 mil quilômetros de fibra ótica nos rios amazônicos.

[topo](#)

A CRÍTICA - AM - BRASIL

Universidades do Norte receberão R\$ 12,8 milhões

Apenas 6,44% dos recursos desbloqueados pelo MEC serão repassados aos centros universitários da região

As universidades e institutos federais de educação da Região Norte ficaram com apenas 6,44% do montante de recursos desbloqueados pelo Ministério da Educação (MEC) no final de setembro deste ano. Do total de R\$ 1,990 bilhão descontingenciado, as instituições nortistas receberam R\$ 128,1 milhões para cobrir despesas de custeio como água, energia elétrica, aquisição de materiais de consumo e outras prestações de serviço. O maior volume de recursos, quase 40%, foi para as quatro universidades e o instituto federal de educação do Estado do Pará que receberam R\$ 50,1 milhões. As instituições de ensino superior do Estado do Amazonas, ligadas ao MEC, ficaram com R\$ 24,5 milhões.

A verba da Fundação Universidade do Amazonas (Fuam) foi de R\$ 15,4 milhões e a do

Instituto Federal de Educação (Ifam) ficou em R\$ 9,3 milhões. “Esses recursos vieram na hora certa e vai nos dar um fôlego até final de outubro, no caso dos fornecedores da capital Manaus, e até dezembro deste ano para as unidades do interior do estado”, disse professor Sylvio Puga. De acordo com a pró-reitora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (Proplan), da Fundação Universidade do Amazonas, professora Kleomara Cerquinho, os R\$ 15,4 milhões liberados representam 40% do valor contingenciado pelo MEC (R\$ 38 milhões).

E vão ser utilizados para o pagamento de contratos terceirizados no campus de Manaus e dos municípios de Benjamin Constant, Coari, Humaitá, Itacoatiara e Parintins. “Esses pagamentos representam 90% dos serviços de água, energia elétrica, limpeza, segurança e outros serviços e deverão custeá-los até dezembro. Já os contratos da Ufam na capital serão honrados até o final deste mês de outubro”, explicou a pró-reitora de Planejamento da Ufam.

O governo federal promete fazer outros desbloqueios até o final deste ano. No caso da Fundação Universidade do Amazonas ainda faltam R\$ 22,5 milhões dos R\$ 38 milhões contingenciados pelo MEC. O orçamento da instituição em 2019, aprovado pelo Congresso foi de R\$ 149,81 milhões. Os R\$ 9 milhões liberados para o Instituto Federal do Amazonas (Ifam) representam 15% do total contingenciado pelo MEC (R\$ 28 milhões).

No desbloqueio dos R\$ 128,1 milhões pelo MEC para a Região Norte, as instituições de ensino superior do Acre ficaram com R\$9,4 milhões; as do Amapá, R\$ 7,7 milhões; a Universidade e o Instituto Federal de Rondônia com R\$ 12 milhões; as de Roraima, R\$ 8,1 milhões e as instituições de Tocantins, com R\$ 15,9 milhões.

Abraham Weintraub
MINISTRO DA EDUCAÇÃO

“O descontingenciamento de R\$ 1,990 bilhão mostra que tudo corre dentro do planejado e demonstra que o MEC não realizou cortes. A liberação de recursos é fruto da boa gestão e mostra que o governo do Bolsonaro cumpre a palavra. Não houve cortes em hospitais universitários, não faltou alimentação no bandeirão e nenhuma universidade parou. Gostaria de destacar o trabalho realizado pelo Ministério da Economia e pela Casa Civil, que trabalharam próximos ao MEC. A crise está sendo deixada para trás com uma gestão eficiente. A gente está regularizando, sem interrupção dos serviços. Isso porque educação é uma prioridade para o governo do presidente Jair Bolsonaro. Por isso que estamos descontingenciando. O recurso está voltando agora, fruto da recuperação econômica e da geração de empregos”.

topo ↕

DIÁRIO CATARINENSE - SC - GERAL

Modelo da prova pode explicar resultados

A respeito dos números, a coordenadora do ensino de graduação da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), Jadna Heimven, comenta que é difícil fazer uma análise porque para isso seria necessário um estudo aprofundado das universidades e dos resultados do Enade desde que ele vem sendo aplicado, em 2004. Porém, ela sugere que o fato de uma minoria dos cursos ter alcançado o conceito máximo, tanto em Santa Catarina quanto no Brasil, pode estar relacionado ao modelo da prova. – A prova do Enade tem um modelo integrado, que relaciona conteúdos de uma forma mais ampla. É possível que em alguns cursos os estudantes não estejam habituados a essa forma –

observa. Segundo ela, esse mesmo motivo também pode explicar a diferença entre os resultados dos cursos de instituições públicas e particulares.

– Nas públicas, como é o caso da Udesc, nós temos um envolvimento e uma campanha para que os alunos participem do exame – comenta. Jadna Heimven ressalta que a avaliação divulgada pelo MEC na última sexta-feira diz respeito apenas às provas realizadas pelos estudantes no ano passado, e que o conceito geral dos cursos deve ser divulgado em novembro. Este último levará em conta, além da prova dos alunos, outros quesitos relacionados ao curso e à instituição.

topo ↕

MEIO NORTE - PI - EDUCAÇÃO

Comitê gestor avalia resultados

SAEB

O comitê gestor das escolas de tempo integral da Prefeitura de Teresina apresentou, ontem, os resultados da terceira Prova Teresina e uma análise dos simulados 11 ao 17. Os encontros são para uma avaliação conjunta do desempenho dos alunos a partir da política de carga horária estendida.

A rede municipal de ensino conta atualmente com 16 unidades de ensino, que funcionam em jornada de tempo integral. Além das disciplinas comuns, como Geografia e Ciências, os estudantes assistem aulas de xadrez, teatro, dança e outros conteúdos diferenciados.

O desempenho desses alunos é discutido em encontros entre diretores e técnicos da Secretaria Municipal de Educação (Semec). Os diretores apresentaram os resultados conquistados até agora.

A poucos dias da prova do Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica), o foco está nos resultados de Língua Portuguesa e matemática, das turmas de 5º e 9º ano do Ensino Fundamental.

topo ↕

MEIO NORTE - PI - EDUCAÇÃO

Piauí tem R\$ 2,9 bi estimados do Fundeb

A importância do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) para os Estados pode ser mensurada pelo montante de recursos injetados no Piauí para a melhoria do ensino. Dados catalogados pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM) aponta que a estimativa para 2019 é de R\$ 2,9 bilhões em repasses, abrangendo Estado e municípios. Apenas para o Governo do Piauí o montante previsto de janeiro até dezembro é de R\$ 945,1 milhões. Em Teresina, o indicativo é de R\$ 326,4 milhões. Cabe indicar que o Fundeb é uma das disposições transitórias da Constituição e, depois de 14 anos de vigência, está previsto para acabar em 2020. Assim, essa é uma das principais preocupações dos líderes estaduais em propor uma condição perene ao fundo. O Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica é um tema abrangente no Fórum de Governadores, sendo que a sua coordenação está a cargo da governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra (PT). “É importante não perder de vista a discussão sobre a política de financiamento da educação básica mais importante do país. São 40 milhões de pessoas atendidas, uma população maior que a de muitos países”, comentou.

topo ↕

O TEMPO - MG - BRASIL

MEC lança programa idêntico ao Pronatec

BRASÍLIA. O Ministério da Educação (MEC) lançou um programa voltado para ampliar a educação profissional e tecnológica, que permite cursos a distância. Batizado de Novos Caminhos, ele prevê a abertura de 1,5 milhão de vagas até 2023 e, como o jornal "O Estado de S. Paulo" revelou, traz uma série de semelhanças com o Pronatec, criado pela ex-presidente da República Dilma Rousseff. A exemplo do programa anterior, ele prevê parcerias com o sistema S e a rede federal e faculdades privadas. Ao anunciar o Novos Caminhos, o ministro da Educação, Abraham Weintraub afirmou que cursos poderão ser dados por meio do "ensino parcial", que mescla aulas presenciais com ensino a distância. "Essa combinação reduz dramaticamente o custo do aluno por ano". O investimento por vaga dessa modalidade de aula seria entre R\$ 1.500 e R\$ 2.000. Além de mais barata, essa forma de ensino traria maior eficiência, diz o ministro. Ele argumenta que alunos que optam por cursos técnicos têm origem mais humilde e despesas no deslocamento e de moradia para locais próximos da escola acabam aumentando a desistência do curso.

topo ↕

A CIDADE ON - TEMPO REAL

CAPES seleciona bolsas para doutorado na Universidade Yale, nos EUA

Um dos requisitos para participar do processo seletivo é a comprovação do nível de proficiência da língua inglesa

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, órgão vinculado ao Ministério da Educação, em parceria com a Universidade Yale, nos Estados Unidos, selecionará até dez projetos de doutorado para financiar bolsas de estudo no Programa **Capes-Yale** de Doutorado em Ciências Biomédicas. A bolsa tem duração de seis anos, com renovação anual. As inscrições devem ser realizadas até o dia 1º de novembro.

Um dos requisitos para participar do processo seletivo é a comprovação do nível de proficiência da língua inglesa. As notas dos testes TOEFL iBT, mínimo de 100 pontos, e no IELTS, total mínimo de 7,5 pontos, servirão como comprovante de proficiência.

Os selecionados receberão auxílio financeiro para despesas com passagem aérea, auxílio instalação, seguro-saúde e mensalidade, além de uma bolsa mensal de US\$ 3.045,83. Os bolsistas terão ainda acesso a todos os recursos oferecidos pela Yale, como laboratórios e oportunidades de treinamento no Programa BBS de Yale (Yale Combined Program in the Biological and Biomedical Sciences).

A parceria **Capes-Yale** tem como objetivo melhor visibilizar a produção científica, tecnológica e cultural do Brasil, conforme explica o presidente da **Capes, Anderson Correia**. "Reforçamos a área de cooperação entre países, com o objetivo de ampliar a inserção internacional de nossos pesquisadores e viabilizar trabalhos em conjunto com os grupos estrangeiros mais relevantes", acrescenta.

Ao se inscreverem, os candidatos devem indicar umas das áreas de trabalho definidas no edital: Bioquímica, Biologia Quantitativa, Biofísica e Biologia Estrutural, Biologia Computacional e Bioinformática, Imunologia, Microbiologia, Biologia Celular Molecular, Genética e do Desenvolvimento, Medicina Molecular, Farmacologia e Fisiologia, Neurociência e Biologia molecular de planta. Dúvidas sobre o processo seletivo ou maiores informações devem ser acessadas no edital, clicando aqui.

*Com informações da **Capes**

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

Marcos Pontes : Prefiro trabalhar a ficar cacarejando

Em entrevista, o ministro de Ciência e Tecnologia detalha a reformulação de toda a pasta a fim de colocar o país na rota da inteligência artificial, e aponta outros detalhes para os próximos anos de governo

Buzz Lightyear, o famoso astronauta do desenho Toy Story, tinha como lema “ao infinito e além”. Marcos Pontes, o ministro de Ciência e Tecnologia do governo de Jair Bolsonaro, não é muito diferente. Sua meta é colocar o Brasil entre os 20 países mais inovadores do mundo e fazer da nação uma potência no lançamento de satélites. “Se eu não tivesse grandes metas, se eu nunca tivesse grandes objetivos, eu nunca chegaria ao espaço. Então, temos que colocar objetivos grandes”, garante.

Nesta entrevista, concedida nesta terça-feira (8/10) pela manhã no ministério, ele detalha a reformulação de toda a pasta a fim de colocar o país na rota da inteligência artificial, promover o uso da Base de Alcântara, expandir a cobertura de internet a todas as regiões do Brasil, incrementar os centros de inovação, concluir o acelerador de partículas, e, de quebra, criar um instituto de pesquisas oceanográficas, algo que o Brasil ainda não tem.

Com as dificuldades orçamentárias, o único brasileiro que já foi ao espaço manteve os pés fincados no chão nesses primeiros nove meses de governo, em que não faltaram altos e baixos, em especial, quando viu os recursos que garantem o custeio das bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) se esgotarem em setembro, mesmo com os constantes alertas de que o dinheiro iria acabar uma hora. “Às vezes, eu me sinto falando no deserto, pois a gente precisa motivar os jovens para as carreiras de ciência e tecnologia”, diz.

Agora, mais tranquilo, com a pasta reestruturada, ele já tem inclusive datas para algumas das metas. Espera, por exemplo, ver a Base de Alcântara funcionando em 2021. Ele acredita que, este ano, o Congresso aprova o acordo de salvaguardas tecnológicas, depois, será mais um período para definição de modelo de negócios com o empresariado nacional e internacional e comunidades locais. Passada essa fase, que deve levar de seis meses a um ano, chega-se à de execução e lançamentos propriamente ditos.

A conversa com jornalistas convidados se deu antes da sanção do novo marco regulatórios das telecomunicações, no Planalto, uma das apostas do governo para ampliar o acesso à internet aos pontos mais remotos do país. “Eu queria primeiro organizar as coisas em vez de ficar cacarejando antes do ovo. Primeiro, queria ter as coisas feitas e ter coisas para falar. Por isso, esperei um tempo. Vamos começar a aparecer mais. É um ministério que tem a capacidade enorme de ajudar o país e outros ministérios. É o jeito que eu gosto de trabalhar. Eu vou fazendo as coisas e, quando estão prontas, eu entrego, porque ficar falando antes, às vezes, não dá certo”, destaca Marcos Pontes. A seguir os principais trechos da entrevista.

Desafios como ministro

O ano tem sido corrido, mas muito bom, por outro lado, sabe? Porque eu brinco e falo que este ministério é o mais divertido que tem. É uma caixa de ferramenta que pode auxiliar todos os outros ministérios. A tecnologia está em todo o lugar e, aqui, a gente

vai desde o incentivo de jovens para as carreiras de ciência e tecnologia, que é uma coisa de que eu gosto muito, passando por pesquisa e inovação, até chegar à tecnologia aplicada. Fizemos algumas mudanças no ministério este ano, de forma que ele não fique só nas políticas públicas e nas regulações, mas que também apoie a chegar a um produto final. Há uma grande quantidade de conhecimento acumulado nas teses de mestrado, doutorado e pós-doutorado, mas que, no final, termina num protótipo que fica num canto do laboratório cheio de poeira. A gente precisa pegar esse conhecimento e transformar em novos produtos, novas empresas e novos empregos. Então, o ministério tem uma função muito grande de servir como um hub que conecta todos esses esforços de inovação no país e ajuda a levá-los até o ponto-final.

Momentos de maior tensão

Eu diria que tudo tem acontecido como uma curva de Gauss (curva de probabilidade, em formato de sino). Começou relativamente tranquilo no final do ano passado, porque ainda faltava bastante tempo. À medida que foi chegando próximo do limite do dinheiro que a gente tinha, a tensão aumentou. Mas, agora, eu diria que já está na parte baixa da curva de novo. Vai dar certo. Estou muito animado com o ministério, porque começamos a ver resultados de coisas que nós queríamos colocar desde o ano passado, quando entramos na transição. À época, falei: o ministério precisa estar mais próximo das pessoas, dar mais qualidade de vida, ser mais produtivo, proativo. Reestruturamos nossa capacidades aqui dentro. Uma coisa muito boa foi a liberdade que eu recebi do presidente Jair Bolsonaro de poder escolher as pessoas. Não teve absolutamente nenhum tipo de pressão política. Com isso, eu tenho uma equipe em que posso confiar, de jogar uma meta e eles correrem atrás e isso ser cumprido.

Expansão da banda larga

Deve sair nas próximas semanas o orçamento para a gente fazer a conexão do Nordeste Conectado. Para este ano, o orçamento é de R\$ 30 milhões. Para o ano que vem, de R\$ 53 milhões. Nesse projeto, são 77 cidades conectadas com um backbone (rede principal) que vai transportar 100 gigabytes por segundo e interligar mais de 2,5 mil universidades e escolas nesse caminho, 736 unidades básicas de saúde e hospitais, delegacias e prefeituras.

Também tem o Norte Conectado, que vai recuperar o projeto chamado Amazônia Conectada. Vai ser a maior extensão de fibra ótica instalada em um projeto, com mais de 10 mil km de fibra pelos rios da Amazônia, que atenderá a boa parte das cidades mais próximas dos rios. A gente tem que levar fibra ótica para essas cidades por razões normais, porque melhora a economia, segurança, educação e saúde.

Satélite SGDC

O nosso Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC) estava parado até o ano passado. Não estava sendo usado. Ele tinha, pasmem, apenas seis antenas conectadas, sendo que o satélite tem capacidade para 50 mil pontos. Quando cheguei, quis saber o que estava enroscado nesse negócio. Tive que ajustar processos que chegaram ao STF e ao TCU, e resolvemos o problema. Hoje, já têm mais de 10 mil pontos instalados. Isso atende a mais de 3 milhões de crianças que vivem em locais distantes, nas comunidades em que não chegava internet. Agora, estamos loteando o restante dos pontos com outros ministérios, como os da Cidadania, da Agricultura e da Justiça.

Internet 5G

Ela está chegando. Já limpamos três das quatro faixas de frequência completamente para fazer a transição. Estava previsto para fazermos o leilão dessas frequências em março do ano que vem, mas vai atrasar um pouco. No entanto, deve ser em 2020 ainda o leilão da 5G. Isso vai ser muito bacana também porque a gente vai ter 5G sendo colocada nas cidades, mas também porque vai melhorar a produtividade geral em todas as coisas.

Além disso, tem um valor associado ao leilão, o que vai me dar mais recursos para poder investir no país e melhorar a infraestrutura. Não foi determinado ainda (como serão divididos os recursos do leilão), mas pretendo ter uma parcela considerável em termos de obrigações, porque conectar um país desse tamanho não é fácil e não é barato.

Mas, de qualquer forma, a instalação da 5G não vai ser rápida. Existe uma sequência e temos de determinar a maneira mais eficiente de fazer essa migração, de forma a reduzir a possibilidade de interferência. A gente ainda não bateu martelo de como isso vai ser.

Orçamento do ministério

Essa questão do orçamento pegou todo mundo. Este e o ano que vem, diga-se de passagem, são anos de preparação. Nós pegamos a situação fiscal bastante complexa e ruim, e os nossos orçamentos foram contingenciados no começo do ano. No nosso ministério foi 42,27% de contingenciamento, quase metade. Então, você tem que ajustar os seus gastos, ajustar os custos e priorizar os projetos, de forma a manter o andamento. Então, a primeira coisa que nós protegemos foram as unidades de pesquisa. O orçamento já era baixo. Se eu cortasse o orçamento dali, inviabilizaria essas pesquisas. Mas nenhuma unidade de pesquisa teve orçamento contingenciado durante o ano. A gente saiu apertando o cinto em todos os lugares para proteger a parte operacional, especialmente as bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que são a irrigação da pesquisa básica do país.

Não houve nenhum contingenciamento nas bolsas até o momento em que tínhamos dinheiro. Já se sabia que, para chegar até o fim do ano com a quantidade de bolsas que nós tínhamos para cumprir todos os contratos, deveríamos ter R\$ 1,58 bilhão, mas tínhamos, no orçamento feito no ano passado, R\$ 784 milhões. Então, já tinha deficit inicial. Além disso, o mês de dezembro do ano passado, a gente pagou com o orçamento deste ano, o que aumentou o deficit. Então, esse deficit chegou a R\$ 330 milhões. Desde o começo do ano, tenho falado sobre isso: “Olha, a gente precisa cobrir aí”. Vim avisando que só tinha como pagar até agosto, e, de fato, entrou em situação de emergência no último mês. E o que eu fiz: peguei R\$ 82 milhões, que correspondem a um mês, da parte de fomento e passei para a área de bolsas.

Agora, vêm os próximos meses. A gente está no aguardo. Tem duas possibilidades. Uma delas é os R\$ 250 milhões que foram destinados para a gente pelo acordo da Petrobras e da Lava-Jato, que é quase o valor exato que a gente precisa (R\$ 248 milhões). Ou pode ser “dinheiro novo” injetado pelo Ministério da Economia por meio de projeto de lei no Congresso. Mas a indicação é muito boa, e diria que estou mais tranquilo, porque estava tenso demais. Tenho uma expectativa muito boa de que a gente consiga terminar o ano pagando todas as bolsas e ficando tranquilo.

CNPq

Até agora, a situação mais difícil vivida na pasta foi a questão do CNPq. Se você se coloca no lugar de qualquer um desses 80 mil pesquisadores que estão sem saber como será o próximo mês, é uma situação complicada. Passei muitas noites sem dormir pensando nisso. Não por mim, mas porque podemos interferir na vida das pessoas, e o ministério está aqui para fazer o bem, e não o contrário.

A junção do CNPq com a **Capes** não faz muito sentido, exceto na parte econômica. E, se houver a necessidade de juntar os dois, o local ideal é dentro do ministério que trabalha com pesquisa e desenvolvimento, que é a finalidade dessas bolsas.

Nós estamos reestruturando o CNPq. Vamos parar de pagar aluguel e mudar para o prédio antigo. Além disso, a própria gestão será repensada. Eu preciso mesmo de tanta gente? Você tem que fazer uma análise se é necessário esse tanto de gente para fazer determinada tarefa.

Descontingenciamento

Esse primeiro desbloqueio não era o que eu estava esperando. Eles tinham outras prioridades mais urgentes naquele momento. Foi o que me explicaram, mas não sei dizer quais eram exatamente. Conversei lá e, para este segundo desbloqueio, espero que venha mais. Estou esperando um desbloqueio de recursos para o Projeto Sirius em torno de R\$ 80 milhões. Depois R\$ 30 milhões para o projeto Nordeste Conectado. Mais cerca de R\$ 10 milhões para o Norte Conectar. O que eu estou esperando dá um total de R\$ 300 milhões a R\$ 400 milhões. Me falaram que dá tranquilo para ter esse valor. Eles falaram que ia ter reunião da Junta de Execução Orçamentária esta semana, então mais um desbloqueio deve estar próximo.

Salvaguardas tecnológicas

Estamos prestes a aprovar o acordo com os Estados Unidos, e isso, obviamente, sendo do setor, para mim é uma coisa que conta muito. Tem a parte de aplicação militar da Força Aérea Brasileira, que é uma coisa, mas do ponto de vista daqui do ministério, o Centro Espacial de Alcântara (MA) também pode ter aplicação comercial. Então, eu quero empresas de outros países pagando para fazer lançamentos aqui.

O acordo beneficia só o Brasil, pois é simplesmente uma permissão dos EUA para que o Brasil lance foguetes e satélites de quaisquer países que contenham algum componente americano. Desenvolver uma área espacial no país contribui com um monte de coisas. O país vai ter soberania no momento em que a gente conseguir projetar os nossos satélites, e construir, testar, decolar e operar esses satélites. O fato de você operar o Centro Espacial de Alcântara de uma forma comercial nos dará recursos para desenvolver esses satélites no Brasil, além do desenvolvimento da região, que é muito importante também, mesmo porque você precisa desenvolver aquilo para poder atrair clientes.

A costa norte do país é muito boa para lançar em qualquer ângulo de órbita sem ter interferência no meio, por estar perto (da linha) do Equador. Algumas empresas dos EUA, do Japão e da Itália já demonstraram interesse, mas eu não estou preocupado com isso agora, porque quero, primeiro, passar o acordo no Congresso.

Dividi esse projeto em três fases. A primeira é assinatura do acordo e aprovação do acordo pelo Congresso. Uma vez aprovado, eu entro para a segunda fase, que são planos de negócio, que significa ir ao estado, conversar com as empresas internacionais, com as

comunidades e com o governo local. E, na terceira fase, a gente passa para execução, que é começar os lançamentos propriamente ditos. Se for muito rápido, neste ano ainda a gente passa no Congresso. Nos seis primeiros meses do ano que vem, a gente faz esses planos de negócios, tem os ajustes necessários em mais seis meses e começa a operar em 2021.

É um ponto de inflexão das telecomunicações do país. Estava enroscada fazia anos e, agora, vai ser uma mudança muito grande para o futuro das telecomunicações e a possibilidade de conectar o país como um todo.

Vão vir desdobramentos para ajustar políticas públicas e portarias. A Secretaria de Telecomunicações já está trabalhando com a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) — pois ela faz a fiscalização, e a gente, a política pública —, para definirmos onde vai ser aplicado qual recurso. Então, esse decreto será feito de forma a direcionar esses recursos, que vão vir dos bens reversíveis, que estão sendo calculados pela Anatel e pelo TCU, e será publicado até novembro.

Mas espero que não seja menor do que R\$ 20 bilhões, R\$ 25 bilhões. Um valor considerável e importante para o país. Essa política pública vai ser construída a várias mãos, de forma que a gente possa atender às necessidades do país.

Sirius

O Projeto Sirius está nessa briga pelo orçamento. É um projeto importantíssimo para o país. O pessoal da Economia e da Casa Civil já comprou a ideia. Vai ter um investimento este ano e no ano que vem, mas não é tudo o que a gente queria ter. São R\$ 150 milhões para o Sirius, e já dá para acender algumas das linhas. Você pode pensar no Sirius como um grande microscópio. Ele analisa qualquer tipo de matéria. Um exemplo de utilização dele é na área de farmácia, no desenvolvimento de novos remédios. Outra é no pré-sal. Imagina conseguir melhorar a produção do pré-sal em 20%? Um acelerador de partículas desses é caro, mas é um investimento.

Ciência e tecnologia não são custos, são investimentos. A gente investiu R\$ 1,3 bilhão no Sirius até agora. Para terminar, preciso de mais uns R\$ 400 milhões. Agora estaremos colocando mais R\$ 150 milhões lá. Está perto de terminar, e já vai acender algumas linhas e começar a produzir. É um projeto extremamente importante, ao qual a gente deu prioridade por causa disso. Até metade do ano que vem, pretendemos acender duas ou três linhas. Ao todo, podemos acender 27 linhas. Do dinheiro que foi investido no Sirius, 87% foi investido no Brasil, com empresas brasileiras, produzindo emprego no Brasil.

Inteligência artificial

O Brasil não pode ficar para trás em inteligência artificial. A gente tem esforços esparsos no país e temos que juntar esses esforços. Trabalhamos junto com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) para criar oito laboratórios de inteligência artificial no país. Ontem (segunda-feira) estava começando a revisar o edital para isso.

Quatro deles serão em São Paulo e o restante, fora de São Paulo. Esses laboratórios vão interconectar em rede todos os esforços sendo feitos no país. Um deles é para trabalhar na ponta da inteligência artificial, como se fosse uma inteligência artificial geral. Ele

será conectado com segurança cibernética, porque pode dar resultados e pegar demandas da área. Os outros laboratórios serão para inteligência artificial aplicada. A princípio, eles serão aplicados à agricultura, saúde, cidades, indústria, serviços e gestão e administração.

A inteligência artificial sendo usada para melhorar serviços do governo como um todo. Na área de saúde, por exemplo, estamos com um projeto em 10 hospitais e queremos ampliar para 100 hospitais. Muita gente morre por falta de assepsia, e se a gente conseguir detectar isso antes, no começo do problema, conseguimos salvar a pessoa. Para isso, tem um sistema que estamos financiando aqui que ajuda nisso. Ele observa, mapeia os resultados dos exames e, quando nota qualquer indício de que um paciente vai ter infecção, avisa. Dessa forma, o médico pode tomar providências para salvar aquela pessoa. Outra ideia mais simples, mas interessante, é um sistema de leitura do sangue.

Tem gente que detesta tirar sangue, e há um sistema que permite que você coloque o dedo em um leitor digital, que emite um tipo de luz eletromagnética por um minuto e meio, e o sistema consegue ler o espectro da sua corrente sanguínea. O sistema consegue determinar quais moléculas fazem parte e faz um exame de sangue completo somente com o dedo. Como está no primeiro estágio, os resultados são comparados com exames de sangue feitos de forma tradicional. O sistema já tem 75% de acerto. A ideia é colocar isso na rede de hospitais públicos. É barato para colocar esse tipo de coisa. As tecnologias já estão sendo feitas. É só questão de dar o pulo final para certificação e jogar no mercado.

Brasil, país inovador

Ainda não somos um país inovador. Eu acho que a gente tem um longo caminho pela frente. Existe um índice de inovação que é calculado sob a análise de 78 indicadores, ou mais, e o Brasil está em 66º lugar. Em termos de produção de conhecimento, nós estamos entre 12º e 14º. Ou seja, a gente está muito bem em publicações e muito mal, no meu ponto de vista, em inovações. O ideal para um país como o nosso era estar entre os 20 primeiros.

Essa (discrepância) é a questão a que a gente tem que responder aqui. A gente tem um mea culpa a fazer. Lógico que não depende só de nós, depende de outros ministérios também, mas isso é culpa nossa, porque a gente não está incentivando as empresas a participarem.

Materiais avançados

O presidente Jair Bolsonaro tem falado bastante desde o ano passado sobre grafeno, nióbio, terras raras e etc. Está em processo final a criação de uma Política Nacional para o Desenvolvimento de Materiais Avançados, assim como uma Política Nacional para o Desenvolvimento de Inteligência Artificial. Vai sair como dois decretos. Assim que sair a política de materiais avançados, vamos lançar o primeiro laboratório de grafeno, nióbio e terras raras. A produção de grafeno deve ser no Rio de Janeiro. Eles acreditam que é um bom investimento fazer isso lá para o Estado como um todo.

O laboratório vai ajudar nas técnicas de produção e no desenvolvimento de tecnologias para produtos. O laboratório vai sair ainda este ano. Uma vez publicado o decreto da Política Nacional para o Desenvolvimento de Materiais Avançados, o laboratório sai em

menos de um mês. Porque, na verdade, vamos pegar um laboratório nosso e converter para que ele comece a trabalhar focado em grafeno. Não quero construir nada novo.

Ensino superior

No ano passado, durante a transição, a ideia era trazer o ensino superior para cá. Mas eu não quis a junção naquela época, porque eu já tinha identificado os problemas do ministério, e precisava organizar tudo primeiro. Depois, vamos preparar o caminho e, gradualmente, trazer o ensino superior. Isso pode ser que aconteça a partir do ano que vem. É uma hipótese interessante, de que eu gosto, porque a minha ideia é utilizar as universidades e, principalmente, os institutos federais como vetores de inovação no país. Isso a gente precisa ter bem claro.

Pesquisadores/concursos

A gente entra em uma negociação grande com a Economia, porque o peso da folha de pessoal é muito grande, então, eu não estou sentindo muita possibilidade de ter concursos públicos em breve para recontratar. Não é fácil contratar um pesquisador, porque demora para ser desenvolvido o conhecimento em determinada área. Essa reposição de pesquisadores é complexa. Aí é onde entra a importância das bolsas do CNPq. Às vezes, eu me sinto falando no deserto sobre a questão de bolsas do CNPq, importância do CNPq. Vai nas universidades, centros de pesquisas, empresas que trabalham com pesquisas e pergunta quantos já tiveram bolsa do CNPq. Você vai ver a quantidade deles.

O CNPq é importante para a formação da pesquisa básica no país. Usamos essas bolsas para formar um pesquisador júnior. Quando o pesquisador sênior se aposentar, você já tem uma pessoa treinada para aquilo. O problema é contratar essas pessoas. É um problema sério que a gente tem. E eu não tenho uma solução ainda para isso. O concurso público seria uma, mas não tenho solução agora. Não é só segurar os nossos pesquisadores no país, eu quero atrair pesquisadores de fora para trabalhar aqui.

O incentivo acontece quando o setor privado começa a investir no sistema e começa a ter projetos com duração e investimentos privados. Não adianta esperar que as empresas participem da pesquisa básica. Isso é função do Estado. Você alimenta pesquisa básica, tem um sistema bem estruturado de desenvolvimento de pesquisa aplicada, com isso consegue atrair investimentos do setor privado e atrair salários bons. E, convenhamos, o pesquisador tem que ser recompensado com salários adequados para a importância que ele tem. Dessa forma, a gente muda e começa a atrair gente. O deficit de pesquisadores vai aumentar.

Demissão no Inpe

O Inpe está firme e forte, como sempre esteve, produzindo dados. Os dados são corretos. A interpretação dos dados daquela época é que foi incorreta. A questão do Galvão não teve nada a ver com dados do Inpe, teve a ver com a atitude dele em brigar com o presidente publicamente, o que não funciona. Ele acabou passando por cima de mim, a gente conversou e ficou completamente desconfortável. Hoje, está lá o Darcton Damiano, que é um especialista da área. O Inpe está muito bem e vai ser ampliado. A gente tem planos para o Inpe ser um sistema de modelamento com dados completos. Com uma junção de vários tipos de dados que vão servir para modelamento de atmosfera e uma série de outras coisas.

Relações internacionais

É onde eu levo vantagem pelo fato de ser astronauta. O cargo vem na frente do nome. Por exemplo, vocês notaram que geralmente eu vou alguns meses antes do presidente ir aos lugares. Isso não é por acaso. Eu fui a Israel e conversei sobre tecnologia. E tecnologia é interessante, porque acaba influenciando em todas as áreas. Existia um acordo, por exemplo, entre os respectivos ministérios de ciência e tecnologia e eu conversei com o ministro de lá e conversei com o Netanyahu, primeiro-ministro de Israel. Isso é interessante porque, geralmente, para você ter acesso como ministro ao chefe de Estado, primeiro-ministro, príncipe, é raro.

Geralmente, eles não conversam muito com os ministros, conversam com os outros chefes de Estado, mas a função de astronauta acaba chamando a atenção. Ai eles querem conversar comigo para perguntar como é no espaço, como me sinto no espaço. Eu falei para o Netanyahu: “Já que tem esse acordo entre os dois países na área dos dois ministérios, a gente podia levar isso a nível de país que, com isso, a gente consegue encaixar uma série de outras possibilidades. Como um acordo guarda-chuva, em que a gente consegue encaixar agricultura, defesa, saúde e outras áreas que usam tecnologia”. Aí ele falou: “Vamos fazer”. Fizemos, preparamos o acordo, e, quando o presidente foi lá, já tinha um acordo entre países. Isso é uma coisa boa de você abrir caminho.

Pesquisa oceanográficas

Não temos um instituto de pesquisas oceanográficas. A gente tem coisas espalhadas. A Marinha tem alguma coisa, a USP outra, mas não tem um instituto para isso. A gente tem o Projeto Pirata, que tem 12 boias. Um litoral do tamanho do Brasil com 12 boias não faz nem cócegas. Temos que ter milhares de boias espalhadas. Temos que ter pesquisadores com navios e submarinos. A gente precisa explorar mais, cientificamente falando, o nosso litoral, o nosso mar. Utilizar satélites para captar esses dados todos. Essa é outra grande batalha.

Pendências

A primeira pendência pra mim é conectar o Brasil. A infraestrutura de conexão do Brasil, com fibra ótica e satélite. Levar internet para dentro da cidade, para fora da cidades, para propriedades rurais, fazendas.

Motivo do silêncio

Eu queria primeiro organizar as coisas. em vez de ficar cacarejando antes do ovo. Primeiro, queria ter as coisas feitas e ter coisas para falar. Por isso, eu esperei um tempo. Vamos começar a aparecer mais. É um ministério que tem a capacidade enorme de ajudar o país e outros ministérios. É o jeito que eu gosto de trabalhar. Eu vou fazendo as coisas e quando está pronto eu te entrego, porque ficar falando antes, às vezes, não dá certo.

Privatizações

Vamos com calma. Isso está sendo feito de uma maneira bem-feita. As nossas três empresas, Citec (Comissão de Incorporação de Tecnologias), Correios e Telebras, entraram para o PPI (Programa de Parcerias de Investimentos). Vão ser feitos estudos e, dentro desses estudos, (a decisão de privatizar) vai ser determinada primeiro pela melhor governança e gestão das empresas. Porque não vale a pena você vender um caco. Então, melhorar a governança das empresas, melhorar a gestão, melhorar a empresa em si. PPIs servem pra isso e, também, qual é a melhor maneira de fazer.

Porque são empresas grandes e importantes. Isso está sendo feito lá no PPI.

Eu não sou contra, absolutamente. Sou a favor de a gente fazer a coisa da maneira correta, e isso está sendo feito. Então, estou muito feliz de que as empresas estejam lá no PPI. Os estudos estão sendo feitos. No final desses estudos, pode ser que eu fale: “Ok, essa empresa, por alguma razão, é importante ficar no governo”.

Quando você faz essa privatização, tem que preservar a utilização pública. A Telebras tem uma importância pública grande em termos de conectar o país. Igual aos Correios, que é a instituição no país, que está em basicamente todas as cidades. Então, preservados esses interesses públicos, eu acho que não tem problema nenhum. É um caminho de você modernizar as coisas, fazer com que fique mais dinâmico, melhor para os funcionários também.

Teve uma audiência pública em que conversei com os funcionários dos Correios, porque é ruim essa situação de ficar na dúvida do que vai acontecer. Mas o Floriano (Peixoto, presidente dos Correios) tem trabalhado nisso, de reforçar a governança, resolver os problemas de gestão da empresa. E foi um compromisso que eu assumi quando acabou a audiência, de colocar algumas ações.

Primeiro, para o Floriano: vai continuar a reforçar a empresa. Quanto mais forte estiver a empresa, melhor, inclusive para o caso de privatização. Segundo: eu vou correr atrás de saber o mais rápido possível e definir se entra para a privatização ou no PPI. Agora, ela está nessa situação e existe um marco regulatório. Durante o processo, caso ela vá para o Plano Nacional de Desestatização, no meio do caminho tem que ser construído um marco regulatório, que inclui todas essas condições de manutenção dos serviços essenciais públicos; e dos funcionários, de como que eles têm que ser preservados e como vão ser feitos esses acordos.

topo ↕

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE - TEMPO REAL

Marcos Pontes : Prefiro trabalhar a ficar cacarejando

Buzz Lightyear, o famoso astronauta do desenho Toy Story, tinha como lema “ao infinito e além”. Marcos Pontes, o ministro de Ciência e Tecnologia do governo de Jair Bolsonaro, não é muito diferente. Sua meta é colocar o Brasil entre os 20 países mais inovadores do mundo e fazer da nação uma potência no lançamento de satélites. “Se eu não tivesse grandes metas, se eu nunca tivesse grandes objetivos, eu nunca chegaria ao espaço. Então, temos que colocar objetivos grandes”, garante.

Nesta entrevista, concedida nesta terça-feira (8) pela manhã no ministério, ele detalha a reformulação de toda a pasta a fim de colocar o país na rota da inteligência artificial, promover o uso da Base de Alcântara, expandir a cobertura de internet a todas as regiões do Brasil, incrementar os centros de inovação, concluir o acelerador de partículas, e, de quebra, criar um instituto de pesquisas oceanográficas, algo que o Brasil ainda não tem.

Com as dificuldades orçamentárias, o único brasileiro que já foi ao espaço manteve os pés fincados no chão nesses primeiros nove meses de governo, em que não faltaram altos e baixos, em especial, quando viu os recursos que garantem o custeio das bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) se esgotarem em setembro, mesmo com os constantes alertas de que o dinheiro iria acabar uma hora.

“Às vezes, eu me sinto falando no deserto, pois a gente precisa motivar os jovens para as carreiras de ciência e tecnologia”, diz.

Agora, mais tranquilo, com a pasta reestruturada, ele já tem inclusive datas para algumas das metas. Espera, por exemplo, ver a Base de Alcântara funcionando em 2021. Ele acredita que, este ano, o Congresso aprova o acordo de salvaguardas tecnológicas, depois, será mais um período para definição de modelo de negócios com o empresariado nacional e internacional e comunidades locais. Passada essa fase, que deve levar de seis meses a um ano, chega-se à de execução e lançamentos propriamente ditos.

A conversa com jornalistas convidados se deu antes da sanção do novo marco regulatório das telecomunicações, no Planalto, uma das apostas do governo para ampliar o acesso à internet aos pontos mais remotos do país. “Eu queria primeiro organizar as coisas em vez de ficar cacarejando antes do ovo. Primeiro, queria ter as coisas feitas e ter coisas para falar. Por isso, esperei um tempo. Vamos começar a aparecer mais. É um ministério que tem a capacidade enorme de ajudar o país e outros ministérios. É o jeito que eu gosto de trabalhar. Eu vou fazendo as coisas e, quando estão prontas, eu entrego, porque ficar falando antes, às vezes, não dá certo”, destaca Marcos Pontes. A seguir os principais trechos da entrevista.

Desafios como ministro

O ano tem sido corrido, mas muito bom, por outro lado, sabe? Porque eu brinco e falo que este ministério é o mais divertido que tem. É uma caixa de ferramenta que pode auxiliar todos os outros ministérios. A tecnologia está em todo o lugar e, aqui, a gente vai desde o incentivo de jovens para as carreiras de ciência e tecnologia, que é uma coisa de que eu gosto muito, passando por pesquisa e inovação, até chegar à tecnologia aplicada. Fizemos algumas mudanças no ministério este ano, de forma que ele não fique só nas políticas públicas e nas regulações, mas que também apoie a chegar a um produto final. Há uma grande quantidade de conhecimento acumulado nas teses de mestrado, doutorado e pós-doutorado, mas que, no final, termina num protótipo que fica num canto do laboratório cheio de poeira. A gente precisa pegar esse conhecimento e transformar em novos produtos, novas empresas e novos empregos. Então, o ministério tem uma função muito grande de servir como um hub que conecta todos esses esforços de inovação no país e ajuda a levá-los até o ponto-final.

Momentos de maior tensão

Eu diria que tudo tem acontecido como uma curva de Gauss (curva de probabilidade, em formato de sino). Começou relativamente tranquilo no final do ano passado, porque ainda faltava bastante tempo. À medida que foi chegando próximo do limite do dinheiro que a gente tinha, a tensão aumentou. Mas, agora, eu diria que já está na parte baixa da curva de novo. Vai dar certo. Estou muito animado com o ministério, porque começamos a ver resultados de coisas que nós queríamos colocar desde o ano passado, quando entramos na transição. À época, falei: o ministério precisa estar mais próximo das pessoas, dar mais qualidade de vida, ser mais produtivo, proativo. Reestruturamos nossas capacidades aqui dentro. Uma coisa muito boa foi a liberdade que eu recebi do presidente Jair Bolsonaro de poder escolher as pessoas. Não teve absolutamente nenhum tipo de pressão política. Com isso, eu tenho uma equipe em que posso confiar, de jogar uma meta e eles correrem atrás e isso ser cumprido.

Expansão da banda larga

Deve sair nas próximas semanas o orçamento para a gente fazer a conexão do Nordeste Conectado. Para este ano, o orçamento é de R\$ 30 milhões. Para o ano que vem, de R\$ 53 milhões. Nesse projeto, são 77 cidades conectadas com um backbone (rede principal) que vai transportar 100 gigabytes por segundo e interligar mais de 2,5 mil universidades e escolas nesse caminho, 736 unidades básicas de saúde e hospitais, delegacias e prefeituras.

Também tem o Norte Conectado, que vai recuperar o projeto chamado Amazônia Conectada. Vai ser a maior extensão de fibra ótica instalada em um projeto, com mais de 10 mil km de fibra pelos rios da Amazônia, que atenderá a boa parte das cidades mais próximas dos rios. A gente tem que levar fibra ótica para essas cidades por razões normais, porque melhora a economia, segurança, educação e saúde.

Satélite SGDC

O nosso Satélite Geostacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC) estava parado até o ano passado. Não estava sendo usado. Ele tinha, pasmem, apenas seis antenas conectadas, sendo que o satélite tem capacidade para 50 mil pontos. Quando cheguei, quis saber o que estava enroscado nesse negócio. Tive que ajustar processos que chegaram ao STF e ao TCU, e resolvemos o problema. Hoje, já têm mais de 10 mil pontos instalados. Isso atende a mais de 3 milhões de crianças que vivem em locais distantes, nas comunidades em que não chegava internet. Agora, estamos loteando o restante dos pontos com outros ministérios, como os da Cidadania, da Agricultura e da Justiça.

Internet 5G

Ela está chegando. Já limpamos três das quatro faixas de frequência completamente para fazer a transição. Estava previsto para fazermos o leilão dessas frequências em março do ano que vem, mas vai atrasar um pouco. No entanto, deve ser em 2020 ainda o leilão da 5G. Isso vai ser muito bacana também porque a gente vai ter 5G sendo colocada nas cidades, mas também porque vai melhorar a produtividade geral em todas as coisas.

Além disso, tem um valor associado ao leilão, o que vai me dar mais recursos para poder investir no país e melhorar a infraestrutura. Não foi determinado ainda (como serão divididos os recursos do leilão), mas pretendo ter uma parcela considerável em termos de obrigações, porque conectar um país desse tamanho não é fácil e não é barato. Mas, de qualquer forma, a instalação da 5G não vai ser rápida. Existe uma sequência e temos de determinar a maneira mais eficiente de fazer essa migração, de forma a reduzir a possibilidade de interferência. A gente ainda não bateu martelo de como isso vai ser.

Orçamento do ministério

Essa questão do orçamento pegou todo mundo. Este e o ano que vem, diga-se de passagem, são anos de preparação. Nós pegamos a situação fiscal bastante complexa e ruim, e os nossos orçamentos foram contingenciados no começo do ano. No nosso ministério foi 42,27% de contingenciamento, quase metade. Então, você tem que ajustar os seus gastos, ajustar os custos e priorizar os projetos, de forma a manter o andamento. Então, a primeira coisa que nós protegemos foram as unidades de pesquisa. O orçamento já era baixo. Se eu cortasse o orçamento dali, inviabilizaria essas pesquisas. Mas nenhuma unidade de pesquisa teve orçamento contingenciado durante o ano. A gente saiu apertando o cinto em todos os lugares para proteger a parte operacional, especialmente as bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e

Tecnológico (CNPq), que são a irrigação da pesquisa básica do país.

Não houve nenhum contingenciamento nas bolsas até o momento em que tínhamos dinheiro. Já se sabia que, para chegar até o fim do ano com a quantidade de bolsas que nós tínhamos para cumprir todos os contratos, deveríamos ter R\$ 1,58 bilhão, mas tínhamos, no orçamento feito no ano passado, R\$ 784 milhões. Então, já tinha deficit inicial. Além disso, o mês de dezembro do ano passado, a gente pagou com o orçamento deste ano, o que aumentou o deficit. Então, esse deficit chegou a R\$ 330 milhões. Desde o começo do ano, tenho falado sobre isso: “Olha, a gente precisa cobrir aí”. Vim avisando que só tinha como pagar até agosto, e, de fato, entrou em situação de emergência no último mês. E o que eu fiz: peguei R\$ 82 milhões, que correspondem a um mês, da parte de fomento e passei para a área de bolsas.

Agora, vêm os próximos meses. A gente está no aguardo. Tem duas possibilidades. Uma delas é os R\$ 250 milhões que foram destinados para a gente pelo acordo da Petrobras e da Lava-Jato, que é quase o valor exato que a gente precisa (R\$ 248 milhões). Ou pode ser “dinheiro novo” injetado pelo Ministério da Economia por meio de projeto de lei no Congresso. Mas a indicação é muito boa, e diria que estou mais tranquilo, porque estava tenso demais. Tenho uma expectativa muito boa de que a gente consiga terminar o ano pagando todas as bolsas e ficando tranquilo.

CNPq

Até agora, a situação mais difícil vivida na pasta foi a questão do CNPq. Se você se coloca no lugar de qualquer um desses 80 mil pesquisadores que estão sem saber como será o próximo mês, é uma situação complicada. Passei muitas noites sem dormir pensando nisso. Não por mim, mas porque podemos interferir na vida das pessoas, e o ministério está aqui para fazer o bem, e não o contrário.

A junção do CNPq com a **Capex** não faz muito sentido, exceto na parte econômica. E, se houver a necessidade de juntar os dois, o local ideal é dentro do ministério que trabalha com pesquisa e desenvolvimento, que é a finalidade dessas bolsas.

Nós estamos reestruturando o CNPq. Vamos parar de pagar aluguel e mudar para o prédio antigo. Além disso, a própria gestão será repensada. Eu preciso mesmo de tanta gente? Você tem que fazer uma análise se é necessário esse tanto de gente para fazer determinada tarefa.

Descontingenciamento

Esse primeiro desbloqueio não era o que eu estava esperando. Eles tinham outras prioridades mais urgentes naquele momento. Foi o que me explicaram, mas não sei dizer quais eram exatamente. Conversei lá e, para este segundo desbloqueio, espero que venha mais. Estou esperando um desbloqueio de recursos para o Projeto Sirius em torno de R\$ 80 milhões. Depois R\$ 30 milhões para o projeto Nordeste Conectado. Mais cerca de R\$ 10 milhões para o Norte Conectar. O que eu estou esperando dá um total de R\$ 300 milhões a R\$ 400 milhões. Me falaram que dá tranquilo para ter esse valor. Eles falaram que ia ter reunião da Junta de Execução Orçamentária esta semana, então mais um desbloqueio deve estar próximo.

Salvaguardas tecnológicas

Estamos prestes a aprovar o acordo com os Estados Unidos, e isso, obviamente, sendo

do setor, para mim é uma coisa que conta muito. Tem a parte de aplicação militar da Força Aérea Brasileira, que é uma coisa, mas do ponto de vista daqui do ministério, o Centro Espacial de Alcântara (MA) também pode ter aplicação comercial. Então, eu quero empresas de outros países pagando para fazer lançamentos aqui.

O acordo beneficia só o Brasil, pois é simplesmente uma permissão dos EUA para que o Brasil lance foguetes e satélites de quaisquer países que contenham algum componente americano. Desenvolver uma área espacial no país contribui com um monte de coisas. O país vai ter soberania no momento em que a gente conseguir projetar os nossos satélites, e construir, testar, decolar e operar esses satélites. O fato de você operar o Centro Espacial de Alcântara de uma forma comercial nos dará recursos para desenvolver esses satélites no Brasil, além do desenvolvimento da região, que é muito importante também, mesmo porque você precisa desenvolver aquilo para poder atrair clientes.

A costa norte do país é muito boa para lançar em qualquer ângulo de órbita sem ter interferência no meio, por estar perto (da linha) do Equador. Algumas empresas dos EUA, do Japão e da Itália já demonstraram interesse, mas eu não estou preocupado com isso agora, porque quero, primeiro, passar o acordo no Congresso.

Dividi esse projeto em três fases. A primeira é assinatura do acordo e aprovação do acordo pelo Congresso. Uma vez aprovado, eu entro para a segunda fase, que são planos de negócio, que significa ir ao estado, conversar com as empresas internacionais, com as comunidades e com o governo local. E, na terceira fase, a gente passa para execução, que é começar os lançamentos propriamente ditos. Se for muito rápido, neste ano ainda a gente passa no Congresso. Nos seis primeiros meses do ano que vem, a gente faz esses planos de negócios, tem os ajustes necessários em mais seis meses e começa a operar em 2021.

topo ↕

INFONET - TEMPO REAL

Capex seleciona bolsistas para doutorado nos EUA

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)**, órgão vinculado ao Ministério da Educação, em parceria com a Universidade Yale, nos Estados Unidos, selecionará até dez projetos de doutorado para financiar bolsas de estudo no Programa **Capex-Yale** de Doutorado em Ciências Biomédicas. Os interessados têm até o dia 1º de novembro para realizar a inscrição.

Um dos requisitos para participar do processo seletivo é a comprovação do nível de proficiência da língua inglesa com notas dos testes TOEFL iBT, mínimo de 100 pontos, e no IELTS, total mínimo de 7,5 pontos.

Os selecionados receberão auxílio financeiro para despesas com passagem aérea, auxílio instalação, seguro-saúde e mensalidade, além de uma bolsa mensal de US\$ 3.045,83. A bolsa tem duração de seis anos, com renovação anual. Na oportunidade, os contemplados terão acesso a todos os recursos oferecidos pela Yale, como laboratórios e oportunidades de treinamento no Programa BBS de Yale (Yale Combined Program in the Biological and Biomedical Sciences).

A parceria **Capex-Yale** propõe visibilizar a produção científica, tecnológica e cultural do Brasil, conforme explica o presidente da **Capex**, **Anderson Correia**. “Reforçamos a área de cooperação entre países, com o objetivo de ampliar a inserção internacional de

nossos pesquisadores e viabilizar trabalhos em conjunto com os grupos estrangeiros mais relevantes”, acrescenta.

No ato da inscrição, os candidatos devem indicar umas das áreas de trabalho definidas no edital: Bioquímica; Biologia Quantitativa; Biofísica e Biologia Estrutural; Biologia Computacional e Bioinformática; Imunologia; Microbiologia; Biologia Celular Molecular, Genética e do Desenvolvimento; Medicina Molecular; Farmacologia e Fisiologia; Neurociência e Biologia molecular de planta. Dúvidas sobre o processo seletivo ou maiores informações devem ser acessadas no edital, clicando aqui.

Fonte: Agências Educa Mais Brasil

*Com informações da **Capes**

topo ↕

JORNAL UNIÃO - NOTÍCIAS

Capex oferta bolsas de doutorado em uma das melhores universidades do mundo

Você quer fazer doutorado nos Estados Unidos, na área de Ciências Biomédicas, em uma das melhores universidades do mundo? Se a resposta é sim, a hora tentar uma vaga é agora. Isso porque a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)**, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), fez uma parceria com a universidade Yale, nos Estados Unidos. São dez bolsas no total e as inscrições se encerram em 1º de novembro.

Segundo o presidente da **Capex**, **Anderson Correia**, a ideia da iniciativa é proporcionar maior visibilidade internacional à produção científica, tecnológica e cultural brasileira. “Reforçamos a área de cooperação entre países, com o objetivo de ampliar a inserção internacional de nossos pesquisadores e viabilizar trabalhos em conjunto com os grupos estrangeiros mais relevantes”, destacou. “A **Capex** oferece aos interessados bolsa de US\$ 3 mil, passagens aéreas, auxílio instalação e seguro saúde”, listou.

As vagas de doutorado em Yale têm duração de até seis anos. A divulgação do resultado ocorre até 28 de fevereiro de 2020. O início das aulas está marcado para agosto de 2020. O edital completo pode ser acessado no portal da **Capex**.

Programa

A parceria entre **Capex** e Yale pretende fomentar uma transformação de longo prazo na qualidade da ciência – produzida no Brasil e por brasileiros – no mais alto nível de competitividade internacional e tem como objetivo formar futuros líderes acadêmicos, para a pesquisa no Brasil e no mundo, nas áreas relacionadas.

Asimp/Mec

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Capex firma parceria com a Universidade de Yale

Estudantes interessados em fazer o doutorado nos Estados Unidos podem se inscrever até o dia 1º de novembro para concorrer a uma bolsa

Os estudantes que pretendem fazer doutorado nos Estados Unidos, na área de Ciências Biomédicas pode concorrer a uma bolsa. A **Capex (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, vinculada ao MEC (Ministério da Educação), firmou parceria com a universidade Yale, nos Estados Unidos e oferece dez bolsas. As inscrições se encerram em 1º de novembro.

A **Capes** oferece aos interessados bolsa de US\$ 3 mil, passagens aéreas, auxílio instalação e seguro saúde.

As vagas de doutorado em Yale têm duração de até seis anos. A divulgação do resultado ocorre até 28 de fevereiro de 2020. O início das aulas está marcado para agosto de 2020. O edital completo pode ser acessado no portal da **Capes**.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Bolsonaro veta exigência de serviço de psicologia em escolas públicas Segundo a justificativa do governo, proposta cria despesas ao Poder Executivo sem indicar uma fonte de receita

BRASÍLIA - O presidente Jair Bolsonaro (PSL) vetou integralmente projeto de lei que tornava obrigatória a prestação de serviços de psicologia e serviço social nas redes públicas de educação básica.

O veto está publicado no Diário Oficial da União (DOU) desta quarta-feira, 9, e se dá, segundo explica o governo, porque cria despesas ao Poder Executivo sem indicar uma fonte de receita, o que fere a Lei de Responsabilidade Fiscal.

"A propositura legislativa, ao estabelecer a obrigatoriedade de que as redes públicas de educação básica disponham de serviços de psicologia e de serviço social, por meio de equipes multiprofissionais, cria despesas obrigatórias ao Poder Executivo, sem que se tenha indicado a respectiva fonte de custeio, ausentes ainda os demonstrativos dos respectivos impactos orçamentários e financeiros", diz o texto.

A Presidência da República consultou os Ministérios da Educação e da Saúde para decidir pelo veto à matéria.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

MPF pede à Justiça que MEC refaça consulta pública sobre o Future-se Programa do governo Bolsonaro prevê financiamento privado nas universidades federais

Brasília

A procuradoria federal ingressou na terça-feira (8) com uma ação civil pública na Justiça para que o MEC (Ministério da Educação) realize nova consulta pública sobre o Future-se, programa da gestão Jair Bolsonaro (PSL) que prevê iniciativas de fomento ao financiamento privado nas universidades federais e atuação de organizações sociais.

Em julho, o MEC abriu uma consulta online para receber sugestões sobre a proposta que será encaminhada para o Congresso Nacional. O MPF (Ministério Público Federal) concluiu que o procedimento não cumpriu os requisitos legais mínimos e que, por isso, uma nova consulta deve ser realizada antes que o governo encaminhe o projeto.

A ação civil é assinada pelo procurador regional dos Direitos do Cidadão no Rio Grande do Sul, Enrico Rodrigues de Freitas.

As irregularidades, segundo o MPF, incluem a ausência de estudos e material técnico que fundamentem a proposta e a falta de prévia divulgação de documento convocatório.

A procuradoria também ressalta que a consulta foi realizada por uma organização social, sem contrato estabelecido, embora a legislação determine que consultas públicas sejam efetuadas pelo poder público em todas as etapas.

Em consequência disso, também consta na ação pedido para suspender uma portaria, de 30 de setembro, que criou um grupo de especialistas jurídicos para discutir e consolidar as propostas recebidas pelo MEC.

Realizada até 29 de agosto, a consulta recebeu mais de 55 mil sugestões, segundo dados divulgados pelo MEC. A consulta não ficou hospedada em site vinculado à pasta, mas, sim, a uma organização social chamada Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

A realização prévia de consulta pública para a definição de projetos legislativos é facultativa ao executivo. No entanto, a ação ressalta que, uma vez que o MEC se propôs e divulgou a realização de uma consulta, o órgão deve seguir as exigências legais que tratam do tema.

"A consulta pública visa conferir legitimidade pela participação popular a uma proposta de alteração legislativa, geralmente de grande impacto, como a do caso em tela. Para que se atribua tal legitimidade, de fato, a uma proposta, seu resultado precisa ser fidedigno, e para tanto, há de se observar um procedimento regular", cita a ação. A ação não tem objetivo de debater o mérito, legalidade e constitucionalidade do programa, segundo o texto.

Após questionamentos do MPF sobre o atendimento das exigências, o MEC disse que se trata de uma "pré-pesquisa". O que é questionado pela procuradoria.

"Descabe tampouco ao Poder Público alterar a sua denominação em momento posterior a sua realização, para chamá-la de pré-consulta (figura inexistente nos normativos, diga-se), de forma a buscar furtar-se ao cumprimento dos procedimentos legais e regulamentares", diz a ação.

Apresentado em julho, o Future-se prevê a criação de fundos financeiros que facilitarão o ingresso de dinheiro provado nas instituições. A proposta não conta até agora com consenso entre os reitores das universidades federais.

Parte deles questiona o foco dado às organizações sociais e, posteriormente, às fundações previsto no projeto. Também apontam riscos de o programa acentuar desigualdades entre grandes e pequenas instituições.

Segundo o MEC, as organizações sociais teriam maior flexibilidade por estarem sujeitas às amarras do orçamento e ao regramento de contratação via regime jurídico único. Reitores temem enfraquecimento dos colegiados internos.

O Future-se também foi alvo de protestos em várias cidades do país no dia 13 de agosto. A proposta surgiu em meio ao contingenciamento de orçamento que atingiu as universidades — parte do dinheiro bloqueado foi liberado no mês passado.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, não tem poupado as universidades de

críticas. Segundo ele, o programa vai permitir a autonomia financeira das instituições e o MEC não irá tirar recursos das universidades que não aderirem ao modelo --mas não também não haverá incremento.

Questionado pela reportagem na manhã desta quarta-feira (9), o MEC não respondeu até a publicação dessa reportagem.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Bolsonaro veta projeto que determinava serviço de psicologia na rede de educação Presidente argumentou que proposta não apresentava previsão de gastos; relatora crítica decisão

BRASÍLIA — O presidente Jair Bolsonaro vetou integralmente um projeto de lei que determinava a disponibilização de serviços de psicologia e de serviço social na rede pública de educação. Bolsonaro alegou que a proposta não apresentava uma previsão de gastos nem estabelecia uma fonte de recursos. O veto, publicado nesta quarta-feira no Diário Oficial da União (DOU), será analisado pelo Congresso, que pode mantê-lo ou derrubá-lo.

O projeto tramitava desde 2000 e foi aprovado em definitivo em setembro pela Câmara. O texto prevê que uma equipe deve "desenvolver ações para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem". A medida valeria para a educação básica, que vai da pré-escola até o ensino médio. Não haveria um profissional para cada escola, mas sim uma equipe para toda a rede de ensino.

Em mensagem enviada ao Congresso, Bolsonaro alegou que os ministérios da Educação e da Saúde orientaram pelo veto, já que o projeto "cria despesas obrigatórias ao Poder Executivo, sem que se tenha indicado a respectiva fonte de custeio, ausentes ainda os demonstrativos dos respectivos impactos orçamentários e financeiros".

Entretanto, a relatora do projeto, deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), alega que o argumento é "completamente inconsistente", porque não seria necessários criar novas vagas, sendo possível remanejar as já existentes. Jandira considera que o presidente manifestou "desprezo" pelo Congresso e anunciou uma articulação para derrubar o veto.

— É um argumento completamente inconsistente, porque o projeto não necessariamente tem impacto financeiro. São profissionais já estão na rede, é possível realocar. Será mais um veto que ele vai perder. Ele desrespeitou uma decisão quase unânime da casa. O próprio governo orientou a favor desse projeto — critica a deputada.

topo ↕

CONGRESSO EM FOCO - TEMPO REAL

Bolsonaro veta exigência de serviço social e atendimento psicológico na educação básica

O presidente Jair Bolsonaro vetou integralmente o projeto de lei que obrigava as redes públicas de educação básica a oferecerem serviço social e de psicologia. Bolsonaro alegou que a proposta é inconstitucional e contrária ao interesse público.

De acordo com o presidente, a proposta cria despesa, por exigir a criação de uma equipe multiprofissional para atender os estudantes, mas não indica o impacto financeiro e orçamentário da medida nem de onde virão os recursos necessários para sua implantação.

Diz o presidente na justificativa do veto, publicada na edição desta quarta-feira (9) do Diário Oficial da União:

“A propositura legislativa, ao estabelecer a obrigatoriedade de que as redes públicas de educação básica disponham de serviços de psicologia e de serviço social, por meio de equipes multiprofissionais, cria despesas obrigatórias ao Poder Executivo, sem que tenha indicado a respectiva fonte de custeio, ausentes ainda os demonstrativos dos respectivos impactos orçamentários e financeiros, violando assim as regras do art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como dos arts. 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal e ainda do art. 114 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019 (Lei 13.707, de 2018).”

Pelo projeto aprovado pelo Congresso, as redes públicas de educação básica teriam de oferecer serviços social e de Psicologia para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas educacionais, por meio de equipes multiprofissionais.

Caberia a esses profissionais desenvolver ações voltadas para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais, para promover o desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, em complemento à ação da família e da comunidade.

topo 

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

Bolsonaro veta PL que exigia psicologia e assistência social em escolas

Segundo explicação do governo para o veto, a proposta criaria despesas ao Poder Executivo sem indicar uma fonte de receita; deputados de oposição criticam

São Paulo — O presidente Jair Bolsonaro vetou integralmente projeto de lei que tornava obrigatória a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.

A decisão foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) desta quarta-feira (09). Segundo explicação do governo para o veto, a proposta criaria despesas ao Poder Executivo sem indicar uma fonte de receita.

“A propositura legislativa, ao estabelecer a obrigatoriedade de que as redes públicas de educação básica disponham de serviços de psicologia e de serviço social, por meio de equipes multiprofissionais, cria despesas obrigatórias ao Poder Executivo, sem que se tenha indicado a respectiva fonte de custeio”, diz trecho da portaria.

O presidente diz, ainda, que ouviu os ministérios da Educação e da Saúde para decidir pelo veto à matéria, que segundo avaliação viola “as regras do art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como dos arts. 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal e ainda do art. 114 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019 (Lei nº 13.707, de 2018)”.

O veto do presidente, no entanto, ainda pode ser derrubado pelo Congresso Nacional, por maioria absoluta dos votos.

Deputados de oposição, como a deputada do PT Erika Kokay e a líder da minoria, Jandira Feghali, já divulgaram que vão atuar para retomar o projeto.

Bolsonaro veta lei que exigia psicologia e assistência social em escolas públicas, serviços essenciais para a comunidade escolar em tempos de ódio, bullying e aumento do suicídio entre jovens. Vamos atuar para derrubar o veto no Congresso Nacional!

— Erika Kokay (@erikakokay) October 9, 2019

Bolsonaro vetou integralmente, o PL 3.688/00 que obrigava que as redes públicas de educação básica dispusessem de serviços de psicologia e de serviço social. Mais um retrocesso. A luta agora é pela derrubada do veto!

topo ↕

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

Bolsonaro veta projeto que exige psicólogos em escolas públicas Segundo justificativa do Planalto, proposta cria despesas ao Executivo sem indicar uma fonte de receita; relatora vê retrocesso

O presidente Jair Bolsonaro (PSL) vetou integralmente um projeto de lei aprovado pela Câmara dos Deputados que tornava obrigatória a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas escolas da rede pública de educação. O veto está publicado na edição do Diário Oficial da União desta quarta-feira, 9, e se dá, segundo explicação do governo, porque cria despesas ao Poder Executivo sem indicar uma fonte de receita.

“A proposição legislativa, ao estabelecer a obrigatoriedade de que as redes públicas de educação básica disponham de serviços de psicologia e de serviço social, por meio de equipes multiprofissionais, cria despesas obrigatórias ao Poder Executivo, sem que se tenha indicado a respectiva fonte de custeio, ausentes ainda os demonstrativos dos respectivos impactos orçamentários e financeiros”, argumenta a Presidência da República, que consultou os ministérios da Saúde e da Educação.

O projeto aprovado que determina que as escolas públicas ofereçam serviços de psicologia foi aprovado pelo Senado e pela Câmara dos Deputados e aguardava sanção presidencial. A medida, caso fosse aprovada, valeria para a educação básica e os ensinos fundamental e médio. De acordo com o texto do projeto, os estudantes seriam atendidos por equipes multiprofissionais — formadas por especialistas de diferentes áreas complementares.

“As equipes multiprofissionais deverão desenvolver ações voltadas para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais”, complementa o texto.

A deputada federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ), relatora do projeto no plenário da Câmara, afirmou que o veto do projeto é um “mais um retrocesso”. “Bolsonaro vetou integralmente, o PL 3.688/2000 que obrigava que as redes públicas de educação básica dispusessem de serviços de psicologia e de serviço social. Mais um retrocesso. A luta agora é pela derrubada do veto!”, disse pelas redes sociais.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Bolsonaro veta PL que exigia psicologia e assistência social em escolas públicas

CLIPPING



O presidente Jair Bolsonaro vetou integralmente projeto de lei que tornava obrigatória a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. O veto está publicado no Diário Oficial da União (DOU) e se dá, segundo explica o governo, porque cria despesas ao Poder Executivo sem indicar uma fonte de receita.

"A propositura legislativa, ao estabelecer a obrigatoriedade de que as redes públicas de educação básica disponham de serviços de psicologia e de serviço social, por meio de equipes multiprofissionais, cria despesas obrigatórias ao Poder Executivo, sem que se tenha indicado a respectiva fonte de custeio, ausentes ainda os demonstrativos dos respectivos impactos orçamentários e financeiros, violando assim as regras do art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como dos arts. 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal e ainda do art. 114 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019 (Lei nº 13.707, de 2018)", argumenta a Presidência da República, que ouviu os ministérios da Educação e da Saúde para decidir pelo veto à matéria.

